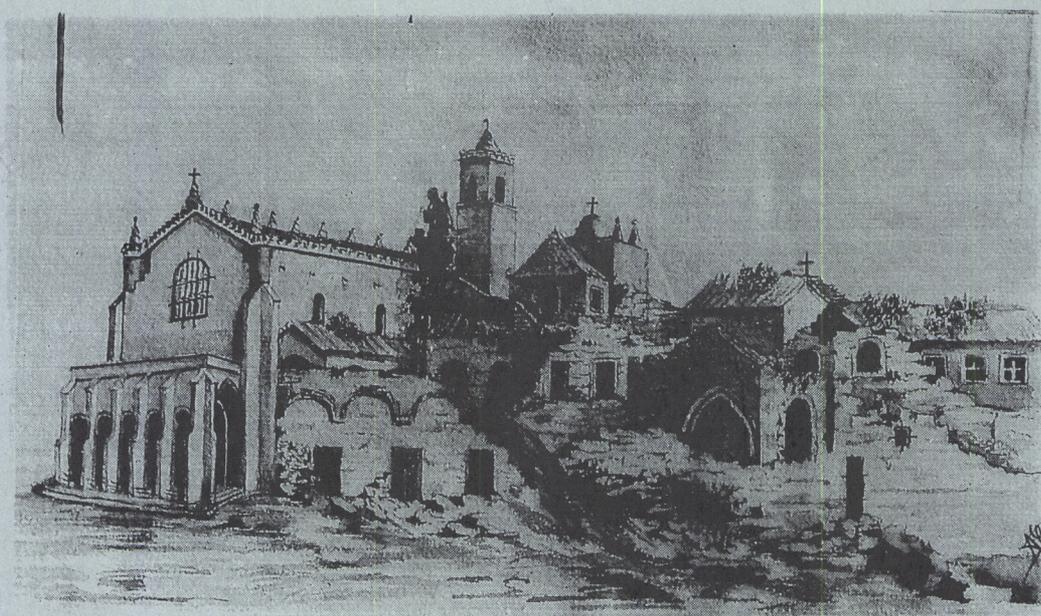


Marta Nunes Ferreira Ramirez

IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

AS INTERVENÇÕES DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1974)



Sob Orientação de: Prof. Doutor
Virgolino Ferreira Jorge

Esta Dissertação não inclui as críticas
e sugestões feitas pelo júri

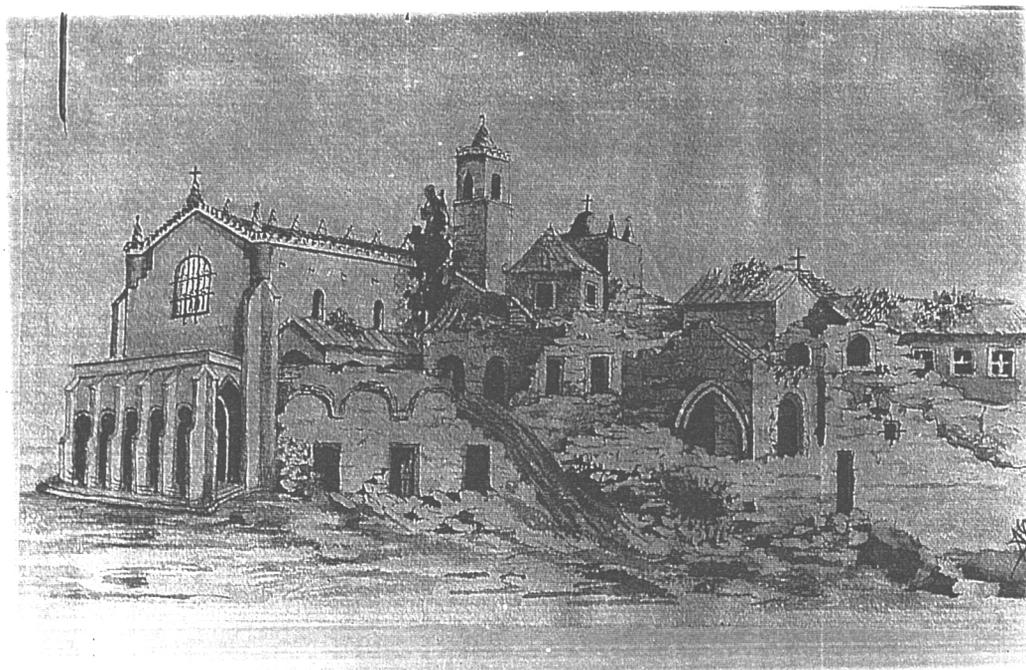
Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora / 2002

Marta Nunes Ferreira Ramirez

IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

AS INTERVENÇÕES DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1974)



Sob Orientação de: Prof. Doutor
Virgolino Ferreira Jorge

169 898

Esta Dissertação não inclui as críticas
e sugestões feitas pelo júri

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora / 2002

AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos vão para o nosso orientador Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelo apoio científico e pelo apoio psicológico, sem o qual a tese não seria terminada.

Não podemos também esquecer o apoio do arquitecto Fernando Pinto, na disponibilização de informações e nas frutuosas conversas que connosco entabulou e que nos deram importantes achegas para o trabalho.

Ao engenheiro Joaquim Quintas devemos a ajuda que nos prestou, em algumas deslocações à igreja, clarificando-nos alguns dos aspectos estruturais da mesma.

À Biblioteca Pública de Évora e à DGEMN/ Direcção de Serviços de Inventariação e Divulgação (Lisboa), pela disponibilidade de consulta de arquivos e reprodução de documentos.

À minha família que sempre teve uma palavra de incentivo na finalização da tese, mesmo nos momentos de maior ansiedade.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO (p. 1)

ESTADO DA QUESTÃO (p. 8)

I PARTE

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

CAP. I – A INTRODUÇÃO DOS FRANCISCANOS EM PORTUGAL (p. 14)

CAP. II – DA FUNDAÇÃO À ACTUALIDADE: NOTA HISTÓRICA (p. 19)

CAP. III – SITUAÇÃO E SÍTIO (p. 24)

CAP. IV – PLANTA E ALÇADOS

4.1 – Igreja (p. 29)

4.1.1 – Planta (p. 29)

4.1.2 – Leitura e organização interna (p. 31)

4.1.2.1 – Igreja (p. 31)

4.1.2.1.1 – Cabeceira (p. 31)

4.1.2.1.2 – Transepto (p. 32)

4.1.2.1.3 – Corpo longitudinal (p. 33)

4.1.2.1.4 – Galeria do piso superior (p. 35)

4.1.2.2 – Outras dependências (p. 35)

4.1.2.2.1 – Dependências do Lado Norte (p. 35)

4.1.2.2.1.1 – Capela de S. Joãozinho (p. 35)

4.1.2.2.1.2 – Sala da Ordem Terceira de S. Francisco (p. 36)

4.1.2.2.2 – Dependências do lado Sul (p. 36)

- 4.1.2.2.2.1 – Sacristia (p. 36)
- 4.1.2.2.2.2 – Sala do Capítulo (p. 37)
- 4.1.2.2.2.3 – Capela dos Ossos (p. 38)
- 4.1.3 – Leitura e organização externa (p. 39)
- 4.1.3.1 – Igreja(p. 39)
- 4.1.3.1.1 – Cabeceira (p. 39)
- 4.1.3.1.2 – Torre (p. 40)
- 4.1.3.1.3 – Transepto (p. 40)
- 4.1.3.1.4 – Corpo longitudinal (p. 41)
- 4.1.3.1.5 – Claustro (p. 41)
- 4.1.3.1.6 – Frontaria (p. 42)
- 4.1.3.1.7 – Pórtico (p. 43)

CAP. V – CRONOLOGIA DAS OBRAS

- 5.1 – Sécs. XIII/ XIV (p. 68)
- 5.2 – Finais do séc. XV/ XVI (p. 69)
- 5.3 – Sécs. XVII/ XVIII (p. 73)
- 5.4 – Dos finais do séc. XVIII à actualidade (p. 74)

CAP. VI – INFLUÊNCIAS FORMAIS (p. 90)

CAP. VII – MESTRES DE OBRAS (p. 101)

CAP. VIII – MATERIAIS, TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS

- 8.1 – Materiais (p. 104)
- 8.1.1 – Pétreos (p. 104)
- 8.1.1.1 – Granito(p. 104)

- 8.1.1.2 – Mármore (p. 105)
- 8.1.1.3 – Calcário (p. 106)
- 8.1.2 – Lenhosos (p. 106)
- 8.1.3 – Cerâmicos (p. 107)
 - 8.1.3.1 – Azulejo (p. 107)
 - 8.1.3.2 – Tijolos e telhas (p. 108)
- 8.1.4 – Metálicos (p. 109)
- 8.2 – Técnicas e sistemas construtivos (p. 109)
 - 8.2.1 – Fundações (p. 109)
 - 8.2.2 – Pavimentos (p. 110)
 - 8.2.3 – Paredes resistentes (p. 111)
 - 8.2.4 – Contrafortes (p. 111)
 - 8.2.5 – Portas, janelas e frestas (p. 112)
 - 8.2.6 – Abóbadas (p. 113)
 - 8.2.7 – Coberturas (p. 116)
 - 8.2.8 – Revestimentos (p. 118)

II PARTE

ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO ACTUAL E AS INTERVENÇÕES EFECTUADAS DURANTE O ESTADO NOVO

CAP. IX – ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO ACTUAL

9.1 – Localização e análise das anomalias verificadas no interior da igreja e suas dependências (p. 132)

9.1.1 – Igreja (p. 132)

9.1.1.1 – Cabeceira (p. 132)

9.1.1.2 – Transepto (p. 132)

9.1.1.3 – Cruzeiro (p. 133)

9.1.1.4 – Nave (p. 133)

9.1.1.5 – Galeria do 1º piso (sobre as capelas laterais) (p. 134)

9.1.2 – Dependências do lado Norte (p. 136)

9.2 – Localização e análise das anomalias verificadas no exterior da igreja e suas dependências (p. 137)

9.2.1 – Igreja (p. 137)

9.2.1.1 – Contrafortes dispostos nos ângulos da cabeceira (p. 137)

9.2.2 – Dependências do lado Norte (p. 137)

9.2.3 – Dependências do lado Sul (p. 138)

9.2.4 – Dependências do lado Poente (p. 138)

9.2.4.1 – Pórtico (p. 138)

9.2.4.1.1 – Lado Norte do pórtico (p. 138)

9.2.4.1.2 – Lado Sul do pórtico (p. 139)

9.2.4.1.3 – Lado Poente do pórtico (p. 140)

9.3 – Factores que determinaram as anomalias verificadas no interior da igreja e suas dependências (p. 141)

9.3.1 – Igreja (p. 141)

9.3.1.1 – Cabeceira (p. 141)

9.3.1.2 – Transepto (p. 142)

9.3.1.3 – Nave (p. 142)

9.3.1.4 – Galeria do 1º piso (p. 143)

9.3.2 – Dependências do lado Norte (p. 144)

9.4 – Factores que determinaram as anomalias verificadas no exterior da igreja e suas dependências (p. 145)

9.4.1 – Igreja (p. 145)

9.4.1.1 – Contrafortes dispostos nos ângulos da cabeceira (p. 145)

9.4.2 – Dependências do lado Norte (p. 145)

9.4.3 – Dependências do lado Sul (p. 146)

9.4.4 – Dependências do lado Poente (p. 147)

9.4.4.1 – Pórtico (p. 147)

9.4.4.1.1 – Lado Norte do pórtico (p. 147)

9.4.4.1.2 – Lado Sul do pórtico (p. 148)

9.4.4.1.3 – Lado Poente do pórtico (p. 148)

9.5 – Proposta de recuperação (p. 150)

9.5.1 – Anomalias estruturais no interior da igreja e suas dependências (p. 150)

9.5.2 – Decaimento do material pétreo no exterior da igreja e suas dependências (p.151)

CAP. X – A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO EDIFICADO

10.1 – Breve panorâmica internacional dos critérios de intervenção em monumentos (sécs. XIX e XX) (p. 186)

10.1.1 – Violle-le-Duc e o restauro monumental em França (p. 186)

10.1.2 – A teoria naturalista e conservacionista de Ruskin e a prática de restauro em Inglaterra (p. 188)

10.1.3 – Camilo Boito e a escola italiana de *restauro científico* (p. 190)

10.1.4 – Cesari Brandi e o *restauro crítico* (p. 192)

10.2 – Critérios de intervenção no contexto nacional (p. 194)

10.2.1 – De Alexandre Herculano à actualidade (p. 194)

10.3 – O contributo de alguns textos fundamentais (p. 203)

10.3.1 – A Carta de Atenas (1931) (p. 204)

10.3.2 – A Carta de Veneza (1964) (p. 205)

10.3.3 – A Carta de restauro italiana (1972) (p. 207)

10.3.4 – Declaração de Princípios – Sociedade para a Preservação do Património Construído (SPPC) (p. 209)

CAP. XI – AS INTERVENÇÕES EFECTUADAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937 – 1974)

11.1 – Breve análise das intervenções anteriores a 1937 (p. 211)

11.2 – As intervenções realizadas durante o Estado Novo (1937-74) (p. 214)

11.2.1 – Análise crítica das intervenções (p. 224)

11.2.2 – Os arquitectos, da 3ª Secção (Évora), responsáveis pelas intervenções do Estado Novo (p. 233)

11.2.2.1 – Arquitecto Martinho Humberto Reis (p. 233)

11.2.2.2 – Arquitecto João Vaz Martins (p. 235)

11.2.2.3 – Arquitecto Fernando Augusto Peres de Guimarães (p. 237)

11.2.2.4 – Arquitecto Álvaro Magro de Moura Bessa (p. 239)

11.2.2.5 – Arquitecto Rui Ângelo do Couto (p. 239)

11.2.3 – Considerações finais (p. 241)

CONCLUSÃO (p. 255)

BIBLIOGRAFIA (p. 260)

ANEXOS (p. 272)

Évora, 14 de Fevereiro de 1942 – “ Rendo-me. Diante de uma realidade assim, rendo-me, e digo mais: que vale a pena, afinal, haver história, haver arquitectura, e haver respeito por quantos souberam ser antes de nós bichos e poetas do seu casulo. E por isto: porque até hoje, em Portugal, só esta terra me deu a justa medida e a justa prova da séria e humana pegada que deixaram no seu caminho nossos pais. Para que me surja vivo e sagrado aos olhos o que os meus antepassados fizeram, é preciso que a lição recebida seja ao mesmo tempo testemunho e destino. Ora nenhuma cidade nossa, salvo Évora, foi capaz de me dizer com pureza e beleza que eu sou latino, que eu sou árabe, que eu sou cristão, que eu sou peninsular, que eu sou português (...) ”.

Diário, Miguel Torga

INTRODUÇÃO

A questão das actuações sobre o património arquitectónico, constitui um dos temas mais complexos e estimulantes da actualidade, sendo que só recentemente é que se começou a encontrar o distanciamento necessário para a compreensão e crítica da história das atitudes de intervenção, até meados do séc. XX.

A actual concepção de património arquitectónico, contudo, assume limites dificilmente definíveis, colocando-se, permanentemente, a questão da sua redefinição, pondo em causa as políticas de salvaguarda e os critérios de intervenção. A dificuldade de estabelecer, objectivamente, os aspectos cognitivos, interpretativos, metodológicos e operativos das intervenções, dificulta, em larga escala, a pretensa definição de critérios universais, devido à verificação da complexidade dos elementos patrimoniais, os quais não podem ser apreendidos na sua globalidade, mas apenas em parte, daí o papel preponderante da interdisciplinaridade e a articulação com outras dimensões do património que atendam ao aspectos ligados à natureza do próprio objecto, mas também sociais, económicas e culturais.

O conceito de património vem acompanhando a noção de história que se tem em cada momento e a interpretação que dela se faz, sendo variável de época para época. *É na relação interactiva entre a percepção da realidade do passado e a acção requerida pela realidade do presente*¹, que se colocam as questões da defesa daquele.

A natureza específica do património constitui um foco permanente de conflitualidade entre os agentes interventores e os agentes institucionais que os tutelam, sendo algumas vezes entendidos pelos últimos como um travão de desenvolvimento, nomeadamente

¹ - Matos, Manuel Carlos de Lacerda, *Factores ocorrentes em intervenções sobre o Património arquitectónico*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora, 1995, p. 7

económico, e encarados como um *facto de excepção*², sofrendo, ainda, a agravante da debilidade quanto à sua compreensão e interiorização pela sociedade, pese embora, a mais aparente que real, crescente consciência da necessidade da sua conservação.

Articulado com a noção de património, o conceito de conservação, é, muitas vezes, conotado com uma atitude de defesa, mais pelo receio da sua perda, do que pela apreensão do seu alto significado, enquanto referência e memória, imprescindível para o desenvolvimento da sociedade.

Interessa, pois, reflectir sobre a crescente institucionalização do património arquitectónico, a crescente importância que lhe tem sido concedida pelos agentes sociais e do poder, bem como o seu significado efectivo em termos da consciencialização colectiva.

Apesar dos limites enunciados, ao longo deste texto, ligados à esfera da salvaguarda do Património arquitectónico, certo é que recai hoje sobre ele um interesse de grande dimensão, expresso de forma contundente, na coordenação de esforços por parte da comunidade internacional e dos vários países que a constituem, no sentido do estabelecimento de princípios e metodologias de actuação, com respeito pela autenticidade dos objectos, devidamente enquadrados no seu contexto ambiental e arquitectónico. Exemplos desse objectivo, persistentemente perseguido, no decorrer do séc. XX, contam-se as inúmeras cartas e declarações, saídas de importantes encontros realizados e a criação de organismos internacionais, com vista à preservação do património³. Nomeadamente em relação às cartas e declarações, elas constituem documentos essenciais, apesar da necessidade da sua constante actualização, tidos em linha de conta ao nível das intervenções.

² - *Idem, Ibidem*

³ - Contam-se, entre outros, a criação do ICCROM (*Centro Internacional para a Conservação e Restauo dos Monumentos*), em 1956 e o ICOMOS (*Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*), em 1964-65

O crescente e manifesto interesse pelo património e o estudo das actuações do passado, contribuíram para a rejeição de modelos de actuação nocivos e falsificadores da identidade histórica e arquitectónica dos objectos, criando um visão crítica que serviu de tampão à repetição desses mesmos erros, possibilitando, por outro lado, o lançamento de alguns princípios operativos, de carácter mais geral, com vista à preservação do património arquitectónico. É evidente que os princípios enunciados, pelo seu carácter geral, que exclui as especificidades locais, regionais e nacionais dos países que os perfilham, apresentam lacunas, as quais apresentam alguma perigosidade latente. No entanto, no cômputo geral, a avaliação das conquistas na salvaguarda do património arquitectónico apresentam um saldo positivo, o qual não deve ser menosprezado, se não quisermos cair numa atitude puro cepticismo estéril e se acreditarmos que nos passos duma criança estão já implícitos os passos da idade adulta. Assim o amadurecimento, relativo às atitudes de intervenção, constitui um processo longo, atribulado e sinuoso em cujo princípio nos situamos, mas que, decerto, trará mais luz para o futuro.

Objectivo principal

O objectivo primordial deste trabalho consiste na análise das intervenções, realizadas na igreja em estudo, durante o Estado Novo. A escolha deste período não foi arbitrária: por um lado coincidiu com uma intervenção permanente sobre aquela, pela acção da DGEMN, por outro lado evidencia, nalguns casos, práticas de actuação discutíveis, sobre o património histórico edificado, à luz da teoria da conservação actual, com consequências negativas sobre o mesmo, e que são merecedoras dum estudo atento, para que não se repitam os mesmos erros. Evidentemente que a nossa visão negativa sobre este período, não deve esconder as acções relevantes, empreendidas então,

nomeadamente ao nível duma intervenção sistemática sobre o património, que muito contribuiu para a sua preservação e no fomento de registos escritos e documentais sobre os restauros efectuados.

Fora do âmbito cronológico desse período, efectuaram-se na igreja em análise, intervenções importantes, embora parcamente documentadas, sobretudo a partir dos meados do séc. XIX, decorrentes dos efeitos devastadores que, alguns acontecimentos como o terramoto de 1755, as invasões francesas de 1808, a extinção das Ordens religiosas, em 1834, infligiram sobre o objecto em estudo, e entre as quais se contam as levadas a cabo pelo arquitecto inglês Jonh Bouvie Jr. (1860 – 1862), pelo Governo, na pessoa do Engenheiro das Obras Públicas (1869 – ?), pelo arquitecto-cenógrafo Giuseppe Cinatti (1871 - ?), e finalmente pelo *benemérito eborense* Francisco Barahona (1894-95). Estas intervenções, apesar de não constituírem, o nosso principal objectivo, serão alvo de uma breve análise, antes de efectuarmos a análise das intervenções, durante o Estado Novo.

Balizámos como limites temporais deste trabalho a data de 1937, ano da primeira intervenção exercida sobre a mesma, pela DGEMN, e a de 1974, época de mudanças políticas e culturais, com significativa expressão ao nível da conservação do património edificado, nomeadamente com a acentuação da abertura de Portugal ao ideário europeu. Avançámos, à partida, para esta investigação, com um plano ideal de questões, cuja resolução “ real “ tentámos atingir, a partir do confronto da teoria da conservação actual, com a documentação que nos foi disponibilizada, àcerca das intervenções, operadas no período de tempo, por nós seleccionado.

Metodologia

A partir da metodologia que nos foi proposta pelo nosso orientador, Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, dividimos o nosso estudo em duas partes fundamentais. Na primeira efectuámos o estudo histórico-arquitectónico do edifício, pelo que o sistematizamos o mesmo, segundo a aplicação dos seguintes itens:

Capítulo I – *A introdução dos franciscanos em Portugal*: breve resumo da história da implantação da Ordem franciscana em Portugal e a sua estrutura organizativa.

Capítulo II – *Da fundação à actualidade*: sùmula histórica de carácter genérico.

Capítulo III – *Situação e sítio*: estudo da localização do objecto, nomeadamente das razões culturais da escolha do lugar, e das suas condições naturais.

Capítulo IV – *Planta e alçados*: descrição arquitectónica.

Capítulo V – *Cronologia das obras* : investigação histórica das principais fases de obras e intervenções, desde a fundação à actualidade.

Capítulo VI – *Inflências formais*: influências estrangeiras e nacionais, ao nível da planta e dos alçados.

Capítulo VII – *Mestres de obras*: resenha dos construtores, com base na documentação.

Capítulo VIII – *Materiais, técnicas e sistemas construtivos*: levantamento dos materiais, inventariação das técnicas e caracterização do sistema construtivo.

A segunda parte do trabalho, onde analisámos o estado de conservação actual do edifício e onde efectuámos a análise das intervenções, nele efectuadas (1937-1974), foi dividido em três capítulos, nomeadamente:

Capítulo IX – *Estado de Conservação actual*: análise do estado de conservação actual do edifício, o que engloba o levantamento das principais anomalias estruturais e patologias dos materiais; determinação dos prováveis factores; proposta de recuperação.

Capítulo X – *A Salvaguarda do Património histórico edificado*: breve panorâmica dos critérios de intervenção no património histórico edificado, no contexto internacional e português; análise do contributo de alguns textos, estrangeiros e nacionais, na formulação dos princípios de conservação actuais.

Cap. XI – *As intervenções, efectuadas na igreja em estudo, durante o Estado Novo (1937 – 1974)*: Breve análise das intervenções anteriores à actuação da DGEMN; as intervenções realizadas durante o Estado Novo e sua análise crítica; os arquitectos responsáveis pelas intervenções; considerações finais.

Limites do nosso trabalho

A DGEMN teve o mérito, no passado, de documentar escrita e fotograficamente as suas actuações, bem como de publicar algumas delas nos Boletins da mesma instituição. Esse seguimento adequava-se às recomendações das várias cartas internacionais, na qual assumiu pioneirismo a Carta de Atenas. Infelizmente não foi publicado nenhum Boletim sobre a igreja de S. Francisco, pelo que para almejarmos o nosso objectivo principal, contámos, sobretudo, com os dois outros elementos referidos. A partir da conjugação destes dois elementos, tentámos dar cobro a algumas das nossas questões. Pretendíamos, no plano ideal que esboçamos no início, resolvê-las, mas desde cedo, demos conta das limitações daqueles dois elementos: o processo de obras, apesar de apontar a grande maioria das obras efectuadas, raramente aprofundava as suas razões, pelo que se transformou num documento importante, mas pouco esclarecedor e

superficial; as fotografias, por seu lado, são selectivas, pouco detalhadas, raramente dando planos aproximados dos restauros, pelo que se torna difícil uma visualização completa dos mesmos. Considerámos que uma terceira via possível, capaz de nos dar achegas fundamentais, seria a consulta dos processo administrativo relativo às obras, nascendo em nós a esperança de aí, encontrar, finalmente a resposta a algumas das nossas interrogações, mais prementes. A acessibilidade de consulta a esse arquivo, tão fundamental, foi-nos completamente vedada, durante meses, pela Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul (apesar da nossa insistência no sentido oposto), alegando a confidencialidade do mesmo. Já muito próximo do prazo de entrega desta dissertação, numa deslocação que efectuámos ao Centro de Documentação e Divulgação da DGEMN, em Lisboa, fomos surpreendidos com o facto daquele processo para além de poder ser consultado, poder ser, inclusivamente, reproduzido, por intermédio de fotocópias, sem que nos tenham levantado obstáculos de qualquer espécie. Apesar de termos tentado introduzir alguns elementos colhidos naquela fonte, o que implicou o reescrever do último capítulo, o pouco tempo que nos restava para a entrega não nos permitiu ir tão longe quanto desejaríamos, pelo que, estamos em crer, a nossa análise ficou aquém dos objectivos estabelecidos inicialmente. Mesmo assim, persistimos com o mesmo, por termos a convicção que o mérito duma dissertação, não está apenas na solução das questões, mas também no processo de interrogar e nas reflexões que podem decorrer daí. Para concluir, o nosso estudo resultou num exercício de reflexão, especialmente interrogativo, devido aos limites com que nos deparámos, tendo como fiel de balança, a teoria da conservação actual e a observação do edificio.

ESTADO DA QUESTÃO

A Igreja de S. Francisco de Évora encontra-se, aturadamente, estudada sob o ponto de vista histórico-arquitectónico. Para tal concorre o valioso contributo de algumas obras fundamentais, quer manuscritas quer impressas, cujos dados colocados, por nós, em diálogo com a realidade observada nos permitiu a compreensão global do mesmo monumento. Referimo-nos para já, no contexto das obras manuscritas, à *Breve Relação do Convento de S. Francisco de Évora*⁴, que embora, de autoria e data incertas, nos forneceu informações importantes no tocante à fundação e extensão do Convento de S. Francisco, de que a igreja em estudo era parte integrante, até à quase total destruição daquele em 1895.

Outro manuscrito de acentuado valor para a análise histórica da Igreja em estudo, foi a monumental obra com a designação de *Évora Ilustrada*⁵, da autoria do Padre jesuíta Manuel Fialho, terminada em 1698. Nesta obra o autor dedica um tomo completo aos Conventos desta cidade, no qual se inclui o Convento de S. Francisco, traçando o ano provável da sua fundação e as vicissitudes históricas, por ele atravessadas, no decorrer da sua multissecular existência. Esta obra seria resumida numa outra com o mesmo título de *Évora Ilustrada*⁶ pelo Padre jesuíta António Franco, contemporâneo do anterior. O facto de constituir um resumo da anterior e de se encontrar editada, ao invés daquela, confere-lhe maior acessibilidade de consulta. Será, ainda, importante referir que o seu carácter resumido não lhe diminui o valor, já que tal não coíbiu o autor de lhe corrigir alguns pontos e acrescentar outros.

⁴ - Cod. Manisola, nº 74 –3. B.P.E.

⁵ - Cod. CXXX/ 1-11-B.P.E. É no tomo IV, folhas 377-443, que o autor descreve o Convento de S. Francisco.

⁶ - Franco, Padre António, *Évora Ilustrada*, Edições Nazareth, Évora, 1945, pp. 335-39

Dentre outras obras de referência obrigatória para o estudo histórico da dita igreja, uma especial menção deverá ser feita a duas crónicas franciscanas. A mais antiga, conhecida até hoje, da lavra do frade franciscano Frei Manuel da Esperança, denomina-se *Histórica Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco da Província de Portugal*⁷. Impressa em 1656, conta nos Capítulos XIII e XIV, com uma relação sumariada (assim lhe chama o autor) do Convento de S. Francisco. A segunda crónica, da autoria de Frei Jerónimo de Belém, denominada *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observância do Seráfico Padre S. Francisco*⁸ foi redigida um século volvido da aparição da anterior, mais propriamente, em 1750. É uma obra manuscrita, parcialmente transcrita (no que toca ao historial do Convento em estudo) por Gabriel Pereira em *Documentos históricos da Cidade de Évora*⁹. A parte transcrita refere-se à Primeira Parte, Livro Segundo da obra de Frei Jerónimo, a qual está dividida em cinco capítulos. Nos I e II o supracitado frade foca a evolução histórica do Convento, desde a sua fundação até ao reinado de D. Filipe II. No capítulo III faz alusão a uma antiga memória, por ele encontrada, de autoria e data desconhecidas, mas que Frei Jerónimo pensa ser atribuível a um frade franciscano, que teria habitado o Convento, no tempo dos padres claustrais (portanto, anterior a 1517, altura em que a comunidade passou de regra claustral a comunidade da Observância da Seráfica Província dos Algarves). No capítulo IV referem-se os principais privilégios ao Convento concedidos pela Sé apostólica e pelos monarcas portugueses. Finalmente no capítulo V é feita a descrição da igreja.

⁷ - Esperança, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco da Província de Portugal, Livro III, Caps. XIII-XIV*, Lisboa, 1656, pp. 310-316

⁸ - Belém, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observância do Seráfico Padre S. Francisco*, 1ª Parte, Livro 2º, Caps. I-IV, Lisboa, 1750, in Pereira, Gabriel, « Documentos históricos da Cidade de Évora », Topografia Casa Pia, Évora, 1885, pp. 13-21; 46-48; 71-72.

⁹

Focadas que estão as duas supracitadas crónicas, refira-se, ainda, o seu papel como fontes de capital importância para a elaboração deste trabalho, que lhe advém do facto de se tratarem de relatos escritos por frades franciscanos. O seu manueamento requer, todavia, alguma precaução, porquanto, misturam aspectos de lenda e realidade, estando coartada a possibilidade de averiguarmos, com segurança, a veracidade de parte do seu conteúdo.

Em matéria de estudos mais recentes, levados a cabo por historiadores de mérito e de outros estudiosos, destacamos quatro obras, pela maior profundidade e pertinência, no levantar de questões relativas ao objecto em estudo. A primeira é a *História da Arte em Portugal*, dirigida por Aarão de Lacerda, que contém um capítulo denominado *O Mosteiro da Batalha e a arquitectura em Portugal, dos finais do sec. XIV ao sec. XV*¹⁰. Neste capítulo da autoria de Mário Tavares Chicó, o mesmo ressalta a extrema originalidade da Igreja de S. Francisco, avançando uma cronologia das obras, uma resenha dos mestres intervenientes, a questão das influências, desbravando terreno indispensável à continuidade da investigação acerca da mesma.

Outra obra de assinalável interesse é o *Inventário Artístico de Portugal*¹¹, da lavra de Túlio Espanca, que conta no Volume VII (dedicado ao Concelho de Évora) com uma completa e exaustiva descrição da igreja de S. Francisco e das suas construções anexas (onde se incluem o Claustro, a Sacristia, a Sala do Capítulo, a Capela dos Ossos, entre outras) do ponto de vista histórico, planimétrico e decorativo. Essa descrição constitui, ainda hoje, uma ferramenta actual e indispensável a uma primeira aproximação ao nosso objecto de estudo.

¹⁰ - Chicó, Mário Tavares, *O Mosteiro da Batalha e a arquitectura em Portugal dos finais do sec. XIV ao sec. XV*, in Lacerda, Aarão (dir.), « História da Arte em Portugal », vol. II, Portucalense Editora, Porto, 1948, pp. 91-112

¹¹ - Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, vol. VII, Lisboa, 1966, pp. 146-164

A Manuel Carvalho de Moniz, estudioso eborense de mérito, se deve a única monografia existente até ao momento, àcerca do Convento e Igreja de S. Francisco, denominada *O Convento e a Igreja de S. Francisco de Évora*¹². Nela o autor faz um estudo exaustivo sobre os mesmos, e muito embora grande parte das suas opiniões colham influência clara e directa dos dois supracitados autores, o certo é que se lhe deve o levantamento de uma vasta panóplia de documentação histórica, desconhecida até esse momento.

Por fim, uma alusão ao estudo de José Custódio Vieira da Silva: *O Tardo-Gótico em Portugal, a Arquitectura no Alentejo*¹³, de grande alcance, pela forma como integra a igreja de S. Francisco na sua linha de influências e na problemática do Tardo-gótico alentejano, sem perder de vista o seu enquadramento no contexto europeu, nomeadamente no papel da influência da arquitectura gótica do Sul de França e da Catalunha.

Reiterando a ideia com que iniciámos este capítulo, e atendendo às obras que temos vindo a referir, a igreja em estudo encontra-se sobejamente estudada dos pontos de vista do seu historial e da sua arquitectura. Encontra-se por fazer uma investigação precisa do seu estado de conservação actual e a análise crítica das intervenções, nela efectuadas, no decorrer do Estado Novo, nomeadamente sob a alçada da *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. No que diz respeito ao seu estado de conservação o que existe é um pequeno artigo da autoria de Maria Antónia Conde, que não foca a Igreja, propriamente dita, mas somente o Claustro, denominado: *Claustro de S. Francisco de Évora: Conservar, Restaurar ou Reabilitar?*¹⁴, bem como um relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, designado: *Análise preliminar das anomalias verificadas*

¹² - Moniz, Manuel Carvalho, *O Convento e a Igreja de S. Francisco de Évora*, Évora, 1959

¹³ - Silva, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal – A Arquitectura do Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989

¹⁴ - Conde, Maria Antónia, *Claustro de S. Francisco de Évora: Conservar, Restaurar ou Reabilitar?*, in « 2º ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios », Lisboa, LNEC, 1994, pp. 409-17

na igreja de S. Francisco, em Évora¹⁵. Para a análise das intervenções, levadas a cabo na dita Igreja, não existe qualquer estudo específico, muito embora, devamos fazer menção a uma tese de doutoramento recente, de âmbito mais geral, que foca a actuação da DGEMN., durante grande parte desse período: Neto, Maria João, *A Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e a intervenção no património arquitectónico*¹⁶. Outros trabalhos de investigação, que nos forneceram algumas achegas para o nosso trabalho, foram as dissertações de Mestrado de Domingos Almeida Buxo: *Herança Cultural e Práticas de Restauro Arquitectónico durante o Estado Novo (intervenções nas fortificações do Distrito de Portalegre)*¹⁷, e de Maria da Conceição Lopes Aleixo Fernanades: *Os restauros e a memória da cidade de Évora*¹⁸.

¹⁵ - Processo 082/ 1 / 13256. Lisboa, LNEC, Março de 1997. Nota Técnica 1/97 – NPC.

¹⁶ - Neto, Maria João Neto, *A Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929 – 1960)*, 3 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995

¹⁷ - apresentada à Universidade de Évora, em 2000

¹⁸ - apresentada, igualmente, na Universidade de Évora, em 1995

I PARTE

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

CAPÍTULO I

A INTRODUÇÃO DOS FRANCISCANOS EM PORTUGAL

O surgimento das Ordens Mendicantes, e especificamente dentro destas, dos Franciscanos ou « frades menores » em Portugal deve, forçosamente, ser equacionada num âmbito mais lato, que se integra, em termos internacionais, com a renovação monástica do séc. XIII. O poderio e riqueza crescentes do Clero, em muitos países, conduziu ao desvirtuamento moral e ao afrouxamento disciplinar no seio do mesmo, o que despoletou reacções reformistas, no sentido do restabelecimento da ordem inicial. Nessa linha se insere a actuação de diversas personagens, que ousaram apontar os vícios que minavam tanto o Clero secular como o Clero Regular e reclamar a premência de mudanças profundas. Com esse intuito levantaram-se diversas vozes, cujo grito assumiu um veemente eco e repercussão na Igreja, com consequências de uma amplitude inequacionável. Referimo-nos, para já, a S. Bernardo de Claraval, que sem ter fundado a Ordem de Cister, nascida duma mais estrita observância da Regra de S. Bento, ao tempo bastante desrespeitada pelos monges de Cluny, na figura do abade de Suger, foi o seu grande impulsionador¹⁹.

É, também, marcado por este espírito de renovação espiritual que surgem as Ordens Mendicantes, as quais, no caso português, foram precedidas e acompanhadas pela fundação de outros institutos religiosos, entre os quais se contam: a Ordem Cisterciense; das Carmelitas; dos cônegos regulares de Santo Agostinho, entre outros²⁰.

S. Francisco de Assis e Domingos de Gusmão, instituidores das duas Ordens Mendicantes (os Franciscanos e os Dominicanos, respectivamente) criaram importantes

¹⁹ - Como afirma George Duby: “ S. Bernardo de Claraval não fundou a Ordem Cisterciense. Ele foi o obreiro do seu sucesso “ in *S. Bernardo e a Arte cisterciense*, Edições Asa, Lisboa, 1997, p. 9. Na verdade esta Ordem foi fundada em 1098 por Roberto de Molesme, catorze anos antes de S. Bernardo aderir à mesma.

²⁰ - Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, tomo I, Coimbra, 1910-24, p. 266-68

estandartes, cujo lema da pobreza e da caridade, reacendeu uma chama de espiritualidade, por toda a Europa.

Aprovada, de forma provisória, por Inocêncio III, em 1209 e, depois, definitivamente por Honório III, em 1223, a Ordem franciscana não cessou de crescer, por toda a Europa Meridional, *prova de que a onda de corrupção daquele tempo não extinguiu o espírito de piedade e penitência*²¹. O fundador, S. Francisco de Assis (1182 – 1226), tivera êxito na proclamação da Regra. Isto depois dele próprio ter uma vida desafogada e resolver enveredar por um caminho de humildade e pobreza²². O nome que acabaria por dar à Ordem, de irmãos menores, reflecte o seu apego à primeira dessas virtudes.

Frei Manuel da Esperança, primeiro cronista da Ordem, considera que a entrada dos franciscanos em Portugal se deu, pouco tempo volvido, da peregrinação de S. Francisco a Santiago de Compostela (1213 – 1214) e à sua, provável, passagem pelo Norte do país, atribuindo àquele a fundação do mais antigo convento menorista no nosso território, na povoação de Bragança²³. O total desconhecimento das crónicas e memórias franciscanas relativo ao trajecto português da peregrinação do Povorello impossibilita, no entanto, a averiguação da veracidade das informações veiculadas por aquele cronista.

Será bem mais provável que a fixação dos franciscanos, em Portugal, se tenha dado em 1217, data da primeira estruturação canónica da Ordem e do Capítulo geral da mesma que inicia a “ diáspora “ franciscana, no contexto europeu. Os frades italianos enviados para o nosso território instalaram-se, inicialmente, em Guimarães, Lisboa e Alenquer. As crónicas dão-nos os nomes de dois destes frades italianos: Frei Gualter e Frei Zacarias, sendo atribuído ao primeiro a fundação do eremitério de Guimarães, sob o

²¹ - Idem, *Ibidem*, p. 269

²² - Berlioz, Jacques, *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 243

²³ - Esperança, Frei Manuel, *op. cit.*, Livro I, Cap. III, p. 48

patrocínio de D. Urraca, e ao segundo o de Alenquer, com a protecção da Infanta D. Sancha, irmã de D. Afonso II.

No decorrer dos séculos seguintes foi enorme o desenvolvimento da Ordem no nosso país, como se pode deduzir do prestígio que granjeou junto dos monarcas e das inúmeras mercês por estes concedidas, bem como pela multiplicação do número de casas. Esse crescimento não foi, contudo, pacífico, suscitando querelas, mais ou menos graves, com o Clero secular e regular já estabelecido, com o qual se via obrigada a concorrer, na sua procura de espaço e meios para se implantar.

Mas qual era a organização institucional da Ordem ? Desde o Capítulo geral de 1219 que as casas franciscanas, em Portugal, formavam uma *custódia*²⁴ dependente da *Província*²⁵ de Espanha²⁶.

No Capítulo geral que se reuniu em Sória, em 1233, a Província de Espanha dividiu-se nas três Províncias de Aragão, Castela e Santiago. Esta última abrangia o território português, por lhe estar mais próxima. Os conventos portugueses passaram a formar uma custódia com a designação de Portugal, fazendo mercê de alguma autonomia no âmbito da Província. Em 1272, a custódia de Portugal é dividida em duas: a de Coimbra²⁷ e a de Lisboa²⁸, o que se justificava pelo elevado número de conventos existentes. No Capítulo realizado em Coimbra em 1330 a custódia de Lisboa dividiu-se

²⁴ - “ Custódia é uma congregação de menos conventos (do que os que formam uma província), os quaes não se podem governar bem, sem alguma dependência, cujo prelado commum e immediato também se chama custódio “ in Esperança, Frei Manuel da, *op. cit.*, Livro I, Cap. I, pp. 13-14

²⁵ - Todos os conventos franciscanos espalhados pela europa se agrupavam em Províncias. “ Província é uma organização de muitos conventos, que, unidos entre si, se governam sem dependência de outros, debaixo de um prelado comum, que chamam ministro provincial, e elegem em capítulo.” in Esperança, Frei Manuel da, *op. cit.*, Livro I, Cap. I, pp. 13-14.

²⁶ - A Província de Espanha compreendia os cinco reinos cristãos de Aragão, Navarra, Leão conjuntamente com a Galiza, Castela e Portugal.

²⁷ - A custódia de Coimbra compreendia os conventos de Coimbra, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lamego e Porto.

²⁸ - A custódia de Lisboa englobava os conventos de Alenquer, Estremoz, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém.

em duas: uma com sede em Lisboa, outra radicada em Évora²⁹. Toda esta organização viria a sofrer uma profunda alteração com o Cisma do Ocidente. As custódias da Galiza, Leão e Astúrias da Província de Santiago aderem ao Papa de Avinhão, Clemente VII, enquanto que as três custódias de Portugal (Coimbra, Lisboa e Évora) mantêm a sua submissão ao Papa de Roma, Urbano VI. Estas divergências, agravadas, ainda, pela guerra peninsular (1384 – 1387) vão conduzir à cisão da Província de Santiago em duas províncias independentes entre si: uma sediada em Santiago, ligada a Avinhão, a outra estabelecida em Lisboa e fiel a Roma³⁰. Em 1421 dá -se a legalização da Província independente de Portugal.

No séc. XIV, a Ordem de S. Francisco, foi dividida em duas espécies de religiosos: os Observantes e os Claustrais. Os primeiros guardavam a regra tal qual o fundador a tinha ordenado, os seus conventos eram simples e austeros, privilegiavam a meditação e a pregação popular, habitavam locais mais isolados. Os segundos preferiam uma maior benignidade disciplinar, aproveitando-se de algumas dispensas pontificias em matéria de pobreza, localizavam-se, por norma, em aglomerados urbanos e mantinham escolas públicas³¹. Se a maioria dos Conventos que existia em Portugal se enquadravam, pelo seu modo de vida, na Claustra, já o movimento da Observância entra em Portugal em 1392, pela mão de Frei Diogo Arias e Frei Gonçalo Marinho³². É um movimento geral, não circunscrito apenas à Ordem em causa, mas que se expandiu noutros institutos, como resposta à reforma da Igreja reclamada no Concílio de Vienne de 1311-12.

Este convívio difícil entre duas tendências antagónicas vai conduzir, em 1517, à divisão da dita Ordem, em duas outras independentes: a Ordem dos Frades Menores da Regular

²⁹ - A custódia de Évora passou a abranger os conventos de Évora, Estremoz, Beja, Portalegre, Loulé e Tavira.

³⁰ - Almeida, Fortunato de, *op.cit.*, Tomo II, pp. 133-134

³¹ - Moreira, António Montes, *Implantação e desenvolvimento da Ordem franciscana em Portugal, sécs. XIII-XVI* in Actas do I-II Seminário « O Franciscanismo em Portugal », Fundação Oriente, 1996

³² - Almeida, Fortunato de, *op.cit.*, Tomo II, p. 134

Observância e a Ordem dos Frades Conventuais ou Claustrais. Esta cisão conduziu à divisão da Província de Portugal na Província de Portugal da Regular Observância, com sede no Convento de S. Francisco de Lisboa, e na Província dos Claustrais, sediada no Convento de S. Francisco no Porto. Esta divisão seria de curta duração, já que em 1567, por decreto papal, o movimento da Claustra é incorporada no da Observância, a pedido do Cardeal D. Henrique. Os frades observantes passam, a partir de então, a ser denominados apenas por franciscanos³³.

O desenvolvimento da Ordem foi bastante assinalável entre os sécs. XVI – XVIII, tendo contribuído para esse facto os Descobrimentos, os quais obrigaram a mesma a expandir-se para o Ultramar, tendo alargado os horizontes da sua vocação missionária. Por isso, para além da Província de Portugal (criada em 1517, como já referimos atrás), outras foram sendo criadas, nomeadamente a Província dos Algarves (1532 – 1533); as duas Províncias da Índia, ambas sediadas em Goa, denominadas de S. Tomé (1538 – 1619) e da Madre Deus (1622 – 29); a Província de S. João Evangelista, nos Açores (1639 – 1640). Para além destas Províncias havia, ainda, duas Custódias: a de S. Tiago Menor, na Madeira (1638 – 1702) e a da Conceição, nos Açores (1705 – 1706).

Depois da grande expansão dos séculos anteriores, o séc. XIX, é marcado pela extinção das Ordens Religiosas, nomeadamente a de S. Francisco, em 1834.

³³ - Moreira, António Montes, *op.cit.*, pp. 22-23

CAPÍTULO II

DA FUNDAÇÃO À ACTUALIDADE: NOTA HISTÓRICA

Todas as fontes consultadas, quer manuscritas, quer impressas, são unânimes, em estabelecer 1224 como ano, provável, da fundação do Convento franciscano. Assim o fizeram as crónicas de Frei Manuel da Esperança³⁴ e Frei Jerónimo de Belém³⁵. Com efeito esta data carece de confirmação, não tendo sido encontrada até hoje prova documental. O primeiro documento que refere a sua existência reporta-se a 1250 e é uma escritura em que João Esteves e sua mulher doam aos frades um arrabalde, perto da antiga rua da Corredoura, actual rua da República³⁶. A aceitarmos a data de 1224, teremos, ainda, de fazê-lo com reservas, em relação à existência de construções definitivas, já que o espírito de pobreza da Ordem, fez com que no decorrer do sec. XIII, os franciscanos se estabelecessem em edifícios bastante modestos, ou em terras e casas cedidas por particulares.

Quanto à origem dos primeiros frades, *a Breve Relação do Convento de S. Francisco*, diz que: *houve sempre na memória dos religiosos antigos, os quais diziam que ouviram outros mais antigos, que os fundadores deste Convento eram galegos*³⁷. Esta tradição encontra eco nas crónicas franciscanas, as quais afirmam dever-se a fundação a três religiosos oriundos dum Mosteiro da Galiza.

O posterior crescimento do Convento, foi possibilitado por inúmeras cartas de doação.

À de 1250, outras se sucederam, como a de 1280³⁸, até ao ponto dos domínios do Convento serem bastante grandes, como testemunha uma antiga memória do Convento:

³⁴ - Esperança, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, na *Provincia de Portugal*, op.cit., Livro III, Cap. XIII, p. 310

³⁵ - Belém, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica dos Algarves, da Regular Observância do Seráfico Padre S. Francisco*, op.cit., 1ª Parte, Livro 2º, Cap. 14

³⁶ - in Moniz, Manuel Carvalho, *O Convento e a Igreja de S. Francisco de Évora*, op.cit., p.4

³⁷ - Cod. Manisola, n° 74-3, fol. 375 B.P.E.

³⁸ - Doação dum campo que pertencera aos Façanhas, junto do Mosteiro, por Pedro Afonso, in Moniz, Manuel Carvalho, op.cit., p. 5

*Esta casa tem por cerca da Porta do Rossio até à Porta do Raymondo, tomando pela rua dos touros abaixo até à porta*³⁹. Papel importante nesse engrandecimento, tiveram alguns dos monarcas da primeira Dinastia, como D. Fernando e D. Duarte, os quais, Frei Jerónimo de Belém, exalta na sua crónica: (...) *se distinguiram muito os reis D. Fernando e D. Duarte, fazendo-nos mercê de algumas terras para estender, ainda mais, o Convento*⁴⁰.

As razões para a edificação do Convento, enuncia-as outro cronista da Ordem, Frei Manuel da Esperança: *E vendo como estava o Ordem plantada na Província de Trasmontes: em Bragança, na d' Entre Douro & Minho: na vila de Guimarães, na Beira: em Coimbra, na Estremadura: em Alenquer & Lisboa: passando o Tejo, que ella não tinha atravessado vierão parar nesta antiga cidade*⁴¹. Como se enuncia neste extracto era, precisamente, no Sul, *passando o Tejo*, que os franciscanos ainda não se tinham implantado, devido à presença muçulmana. O desvanecimento desta criou as condições para a fundação, nessa área, de novos Conventos, nomeadamente em Évora, onde os infiéis haviam sido expulsos por Giraldo, *o Sem pavor* (1165).

Se no início o Convento constituía uma singela casa religiosa, com o passar do tempo, transformou-se numa instituição extensa e rica que lhe valeu, nas crónicas franciscanas, o epíteto de *Convento de Ouro*. Para Frei Jerónimo, na sua crónica: *Foi este Convento antigamente de uma grandeza tal que o fazia exceder a muitos e igualar a poucos. Era magnífico na sumptuosidade dos seus edificios, em o número de claustros e officinas, na extensão da horta, no dilatado do território*⁴². A sua localização, desde cedo, atraiu os monarcas da segunda Dinastia, que ali instalaram o Paço Real, ocupando, para esse

³⁹ - *Breve Relação do Convento de S. Francisco, in Cod. Manisola, 74-3, B.P.E., fol. 376*

⁴⁰ - Belém, Frei Jerónimo, *op.cit.*, 1ª Parte, Livro 2º, Cap. I, p. 14

⁴¹ - Esperança, Frei Manuel da, *op. cit.*, Livro III, Cap. XIII, p. 311

⁴² - Belém, Frei Jerónimo, *op.cit.*, 1ª Parte, Livro 2º, Cap. I, p.15

efeito, partes do mesmo⁴³. Sendo Évora, entre os sécs. XVI e XVIII, a segunda cidade do reino, precedida de Lisboa, ali passava a Corte longas temporadas. Ao que parece indicar o estudo, por nós efectuado, terá sido D. Afonso V, o primeiro rei a ocupar aquele complexo religioso, usando do pretexto de que, o mesmo, estava mais perto da saída para o campo, do que a tradicional morada régia dos Estáus, situada na antiga Praça Grande (hoje Praça do Giraldo). O pretexto fazia todo o sentido, numa época de guerra com Castela. A ocupação implicou a retirada aos franciscanos da Casa de Estudos e da horta, como refere Frei Jerónimo: *D. Afonso 5º, o qual agradando-se muito do lugar, como mais accommodado para as saídas para o campo contra os castelhanos, com quem andava em guerra, tomou para estender o Palacio o collegio dos estudos, onde os religiosos ensinavam as sciencias, e uma parte da horta*⁴⁴.

A ocupação iniciada por este monarca, foi ainda maior com o seu sucessor, D. João II *que para fazer mais vistoso e extenso o Palacio tirou ao convento umas casas, cortando tão largamente, que além de o privar da vista do Rossio o deixou sem officina*⁴⁵.

Impotentes perante a apropriação dos seus espaços, que mais lhes parecia uma usurpação, os frades *choravam pelas barbas*⁴⁶. Aquela, alargada, nos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III, continuou até ao reinado de D. Sebastião, ao que parece, o último dos reis a pousar ali. D. Filipe II, menos interessado em alojar-se naquele local do que os seus antecessores, restituiu, a pedido dos religiosos, as partes ocupadas que, aqueles, acharam por bem destruir, para reconduzir aquela casa à sua vocação inicial⁴⁷. Do antigo Palácio Real não resta, hoje, mais do que a Galeria das Damas, edificio de feição manuelino-mudéjar, situado no presente jardim público de

⁴³ - A existência de Paços Reais integrados em Mosteiros, em que a Igreja servia, também, de Capela Real Palatina privada, é uma característica da Península Ibérica.

⁴⁴ - Belém, Frei Jerónimo de, *op.cit.*, p. 15

⁴⁵ - Idem, *Ibidem*

⁴⁶ - Idem, 1ª Parte, Livro 2º, Cap. III, p. 18

⁴⁷ - Essa restituição foi feita por alvará de 26 de Julho de 1616 in Barata, António Francisco, *Évora Antiga*, Edições Nazareth, 1945, p. 106

Évora (antigo domínio territorial dos franciscanos)(fig. 2.1). Acerca da localização dos restantes compartimentos régios nada se sabe, tendo contribuído para tal, o desaparecimento material, a inexistência de registos visuais e o silêncio da documentação a esse respeito (o mesmo se aplicando às partes conventuais).

Na perspectiva dos frades a apropriação do Convento não significou, contudo, só perda. Em contrapartida pela ocupação os monarcas proveram a obras de benfeitoria no conjunto do complexo e reedificaram a Igreja que ameaçava ruína, ao tempo de D. Afonso V. Da Igreja primitiva nada se sabe. No seu lugar, encontra-se, hoje, o templo reconstruído, pensamos nós, de acordo com as informações das crónicas, entre o reinado de D. Afonso V e D. Manuel (finais do séc. XV e princípios do XVI).

Após a extinção das Ordens religiosas, o Convento entrou numa irremediável ruína, até que em 1895 se proveu à sua quase total destruição, para construção do casario ora existente (fig. 2.2). O que hoje resta é a Igreja, beneficiada com obras desde 1862 à actualidade, a Sacristia, parte do claustro trecentista, a Capela dos Ossos e a Sala do Capítulo.

Finalmente, refira-se que em 1910, a Igreja de S. Francisco foi classificada como Monumento Nacional.⁴⁸

⁴⁸ - Decreto 16/ 1910-D.G. de 23 de Junho



Fig. 2.1 – A galeria das Damas, situada no jardim público de Évora



Fig. 2.2 – Vista parcial da igreja de S. Francisco de Évora e do casario que a ladeia pelo lado Sul, onde antigamente se situavam as dependências do demolido Convento

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO E SÍTIO

Para introduzir este capítulo assumem-se sábias as palavras de Jacques Berlioz: *A inscrição no espaço de uma manifestação religiosa ou, com mais forte razão, de uma instituição religiosa é rica de sentido (...) a sua implantação revela de uma relação dupla, com o divino e com o terreno, com o sagrado e o social. Aqui a topografia, como acontece com frequência, mais do que comodidade natural é suporte de significação simbólica. As Ordens cristãs não fugiram a esta ligação reveladora com a geografia: Situação e Localização*⁴⁹

O Convento em estudo está situado próximo do centro urbano de Évora (fig. 3.1). Primitivamente, foi edificado no arrabalde da mesma⁵⁰, fora da *cerca velha*⁵¹, perto da Corredoura (actual Rua da República). Aquele arrabalde, localizado a Sudoeste da cidade, era um dos quatro existentes na zona extra-muros⁵² (fig. 3.2), em 1286, tendo sido, rapidamente, integrado pelo novo sector amuralhado ou cerca nova (iniciada em 1350 e terminada um século depois). Pouco a pouco os seus limites foram crescendo, mercê de doações particulares, expraiando-se numa vasta área que ia da Porta do Raimundo à Porta do Rossio, delimitado, no interior da cidade pela Rua Romão Ramalho⁵³.

A implantação do Convento no arrabalde, mas perto do centro da cidade, é pleno de significação, tomando as palavras introdutoras deste capítulo. Ao monaquismo beneditino e cisterciense, ligado à natureza e à solidão, os Franciscanos contrapõem

⁴⁹ - Berlioz, Jacques, *Monges e Religiosos da Idade Média*, Terramar, Lisboa, 1994, p. 227

⁵⁰ - Beirante, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 118

⁵¹ - Acerca das fortificações de Évora, ver Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Vol. VII, Lisboa, 1996, p. 6

⁵² - Beirante, Maria Ângela, *op. cit.*, p. 70

⁵³ - Idem, p. 118

uma nova relação com as cidades e com os homens. À preferência dos beneditinos pelos montes e dos cistercienses pelos vales, a história dos Franciscanos abre uma total e inovadora relação com a cidade e com o homem que nela habita⁵⁴. Recusando-se a viver apartado da sociedade, o frade franciscano, a ela se entrega, nela mergulha, dela fará parte indissociável. Esse o sentido profundo da sua vocação apostólica e evangelizadora. Note-se, ainda, que à aparição daqueles corresponde o ressurgimento urbano do séc. XIII, alargado ao espaço europeu, de que Évora é um exemplo.

Em Portugal, como na Europa, a ligação franciscana com a cidade, deve ser entendida à luz da sua espiritualidade, baseada na imitação da vida e da pobreza de Cristo. Dependendo, para subsistir, da mendicidade e caridade transitória, aqueles religiosos decidiram-se, imediatamente, pelas cidades: *Onde havia uma cidade, havia frades; e sem cidade não havia frades. Era uma consequência do seu modo de vida. Um pedinte pode sobreviver no campo, mas uma comunidade organizada de pedintes não pode. A fim de sobreviver, cada comunidade, por mais pequena que fosse, necessitava de uma grande população que não se encontrasse à beira da miséria (...). Não se considerariam, decerto, como homens que recorriam a uma fonte, até então, pouco explorada de rendimentos urbanos, mas na verdade foi o que fizeram*⁵⁵.

Évora oferecia-se, nessa perspectiva, detentora dos requisitos fundamentais para a instalação dos franciscanos. Nos sécs. XIII e XIV, era uma urbe em crescendo de importância económico-social, com um forte fluxo migratório, e local onde a Corte se instalava, temporariamente. Detentora de bons rendimentos urbanos, reunia condições para os franciscanos sobreviverem através da caridade real ou burguesa (as doações àqueles foram muitas, como atesta a documentação), populosa, oferecia-se como local eleito para a pregação e evangelização.

⁵⁴ - Berliz, Jacques, *op. cit.*, p.227

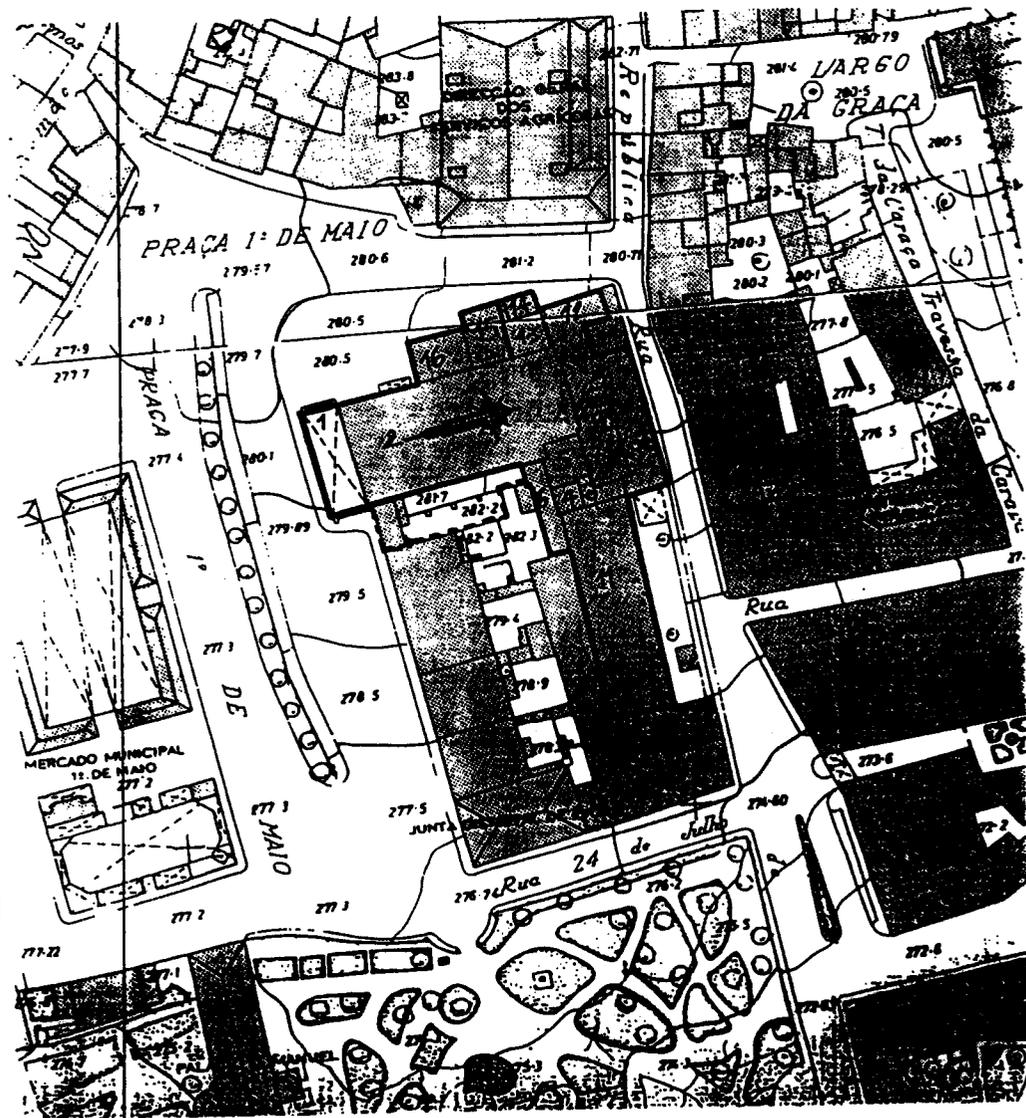
⁵⁵ - Southern, Richard, *A Igreja Medieval*, Lisboa, s.d., p. 297

Em termos geológicos, Évora, situa-se numa zona de gnaisses e migmáticos.⁵⁶

As condições climáticas da cidade, identificam-se com as dominantes no Alentejo, marcadamente mediterrânicas, com uma precipitação que ronda os 650 mm anuais, irregularmente distribuída ao longo do ano. A pluviosidade concentra-se nos meses de Inverno, em contraste acentuado com a secura de Junho a Setembro. A temperatura média anual ronda os 16° C, sendo Maio, o mês que mais se aproxima desse valor. Essa média não esconde as fortes amplitudes térmicas, verificadas entre os meses de verão e o período mais frio (nos primeiros a média mensal é superior a 20° C, nos segundos abaixo dos 10° C)⁵⁷.

⁵⁶ - *Notícia explicativa da Carta Geológica de Évora*, folha 40 – A, p. 7

⁵⁷ - Para a caracterização do clima mediterrânico, consultar Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1987, pp. 3-5



Legenda: 1-Galilé; 2-Nave; 3-Capela-mor; 4-Caixa de escadas; 5-Braço do transepto (Epístola); 6-Ala Nascente do claustro; 7-Sacristia e salas sobrejacentes; 8-Sacristia; 9-Acesso à Sala do Capítulo; 10-Torre sineira; 11- Sala do Capítulo e Capela dos Ossos; 12-Capela de S. Joãozinho; 13-Braço do transepto (Evangelho); 14-Vestíbulo; Capela do Castros e sala lateral; 15-Sala da Confraria da Ordem Terceira

Fig. 3.1 – Localização da igreja de S. Francisco de Évora (cópia cedida pela DGEMN)



Fig. 3.2 – Os quatro arrabaldes da cidade de Évora, nos sécs. XIII e XIV (da tese de Doutoramento de Beirante, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, op. cit., p. 73)

CAPÍTULO IV

PLANTA E ALÇADOS

4.1- Igreja

4.1.1 - Planta

Genericamente a planta da igreja é a seguinte (fig. 4.1):

- Traçado cruciforme, com a cabeceira orientada a Nascente, de acordo com a tradição medieval.
- Cabeceira de planta tradicional de dois tramos, de parede testeira recta e contrafortes nos ângulos.
- Transepto de braços pouco salientes, de dois tramos para cada lado. Apresenta contrafortes nos ângulos do braço Norte o mesmo não acontecendo no braço Sul o qual está embebido pelas construções conventuais a ele anexas.
- Cruzeiro rectangular de planta rectangular.
- Corpo longitudinal de nave única, com seis tramos, para o qual se abrem seis capelas de cada um dos lados, de pouca profundidade e de fecho rectangular, intercomunicantes, entre si.
- Frontaria orientada a Poente, antecedida por nártex de cinco tramos.
- Galeria interna, no piso superior, situada sobre as capelas laterais, a qual se divide em seis tramos, na correspondência dos tramos da nave.
- Anexas à igreja, existem várias dependências que a rodeiam a Norte e a Sul. A Norte situa-se a Capela de S. Joãozinho, contígua à cabeceira, de traçado rectangular, de dois tramos, com a ábside orientada a Nascente, bem como a Sala da Ordem Terceira e a Capela dos Castros ou Mendanhas, contíguas à nave

e transepto, ambas de planta rectangular; A Sul rodeiam-na a Sacristia e a Torre, localizadas ao lado da cabeceira, ambas de planta rectangular, a Sala do Capítulo, no prolongamento do braço do transepto, e a Capela dos Ossos, na continuidade daquela, as duas de planta rectangular, de três naves, a primeira de cinco tramos (reduzidos a três devido à adaptação da capela do Senhor Jesus dos Passos), a segunda de quatro tramos. Contíguo a Sul da nave e a Poente do transepto e Sala do Capítulo localiza-se o que resta do claustro primitivo, cuja ala Nascente se desenvolve em cinco tramos.

4.1.2 – Leitura e organização interna

4.1.2.1 - Igreja

4.1.2.1.1 – Cabeceira

O pavimento desta zona é de soalho de madeira, de tábua corrida, e encontra-se a uma cota mais elevada do que as restantes partes da igreja.

O alçado Nascente está revestido por um retábulo de mármore, constituído por arquitrave e colunas, providas de capitéis coríntios, com fustes toscanos e salomónicos (fig. 4.2).

No alçado Norte observamos um cadeiral, em cujos espaldares de talha dourada se enquadram seis painéis a óleo, com a representação de personagens ligadas à Ordem franciscana. Sobrepuja este cadeiral, no primeiro tramo, um órgão de talha dourada rematado ao alto por frontão com dossel (fig. 4.3). No segundo tramo inscreve-se uma fresta, de assinaláveis dimensões, entaipada por construções anexas. Aquela é composta por arcos quebrados, desenhando o último uma contracurva com terminação, ao centro, de um florão. Os arcos prolongam-se por meias colunas toreadas, dispostas em três registos, providos de vidraças coloridas.

Os elementos da parede lateral Sul, repetem-se simetricamente, em relação aos da parede Setentrional, apresentando, contudo, no primeiro tramo duas tribunas, geminadas e rectangulares, esculpidas em baixo relevo (fig. 4.4).

O acesso, a Poente, é delimitado por uma balaustrada de mármore, sob o arco triunfal, cuja empena está decorada com as insígnias de D. João II e D. Manuel.

A cobertura abobadada apresenta uma estrela de oito pontas, para cada tramo, cujas nervuras arrancam de mísulas embebidas na caixa murária. Os encontros daquelas estão decorados com florões inscritos com a cruz de Cristo e motivos diversos (fig. 4.5).

4.1.2.1.2 – Transepto

O pavimento do braço transeptal Norte é de soalho de madeira de pinho, de tábua corrida. A forrar a parede do topo está um altar de talha dourada e policroma (fig. 4.6). As paredes laterais encontram-se revestidas, até um terço da altura total, de apainelados azulejares de esmalte azul e branco, alusivos à vida de santos ligados à Ordem franciscana (fig. 4.7). Na parede do lado esquerdo, relativamente ao topo do braço, desenha-se uma porta de ligação à Capela dos Castros ou Mendanhas e daí à Sala da Ordem Terceira de S. Francisco. Na parede à direita do topo, abrem-se duas portas, a primeira entaipada e a segunda de acesso à Capela de S. Joãozinho, anexa à Igreja em questão. Ao alto, as paredes laterais deste braço, apresentam dois painéis a óleo, para cada lado, de forma octogonal, onde aparecem figurados santos pertencentes à Ordem Terceira franciscana. Nas referidas paredes e a encimar os elementos já descritos, existem duas janelas rectangulares, revestidas à volta por talha dourada, e coroadas por dossel.

A cobertura é de cruzaria de ogivas, para cada tramo, enriquecida com nervuras secundárias (liernes e terciarões) que desenharam uma estrela de quatro pontas, ornada com chaves floreadas (fig. 4.8).

O pavimento do braço Sul do transepto é de granito, entrecortado por lajes tumulares de mármore. Na parede do topo localiza-se um retábulo de talha dourada, de linhas clássicas, da invocação do Calvário, que enquadra conjunto pictórico. Existe, ainda,

nesta parede uma porta de madeira trabalhada polícroma, que estabelece a comunicação com a antiga Sala do Capítulo. Na parede do lado esquerdo, para quem está de frente para a o retábulo referido, destacam-se duas portas idênticas, de ombreiras e verga rectas, encimadas por frontão, de volutas de enrolamento, e cornija saliente. A correspondente ao primeiro tramo, do braço em análise, dá acesso a arrumos, a do segundo tramo abre-se para a Sacristia. Na parede do lado direito rasgam-se duas portas de granito e de arco quebrado, uma para cada tramo do braço, que dão acesso ao Claustro.

Cobre este espaço uma abóbada simples de cruzaria de ogivas, para cada tramo, animada por uma cadeia longitudinal, ornada no encontro das mesmas com bocetes semelhantes aos descritos para a cabeceira e braço transeptal Norte. O apoio da abóbada é feita pelas mísulas prismáticas, de ábaco poligonal, embebidas na caixa murária (fig. 4.9).

O cruzeiro encontra-se separado da nave por uma balaustrada de mármore, provida de gradeamento de ferro trabalhado. Apresenta dois altares de talha dourada a ladear a entrada da cabeceira, um para o lado da Epístola e outro para o do Evangelho, com interessantes conjuntos pictóricos da Renascença. A cobertura é em abóbada de berço quebrado, com lunetas.

4.1.2.1.3 – Corpo longitudinal

O pavimento da nave é de lajes de granito, junto à zona da entrada. O restante é de tijoleira quadrangular, interrompido, ao centro no sentido longitudinal, por um corredor de granito, entrecortado por lajes tumulares em mármore (fig. 4.10).

As paredes laterais são lisas, em alvenaria de pedra, repartidas por três níveis, definido cada um por uma cornija de granito, simples e pouco saliente (fig. 4.11). No nível inferior abrem-se seis capelas intercomunicantes, para cada um dos lados da nave, através de arcos quebrados, assentes em colunas de ábaco de três toros e capitéis de decoração vegetalista, heráldica e humana. Estas capelas têm pavimento de granito, intercalado com lajes tumulares, de mármore, pertencentes aos particulares que as financiaram. As suas paredes são revestidas, nos alçados do topo, de altares de talha dourada e polícroma, e nos laterais de estuque e silhares de azulejo. A cobertura abobadada daquelas, é de cruzaria de ogivas simples e rebaixadas.

No nível superior das paredes da nave rasgam-se três frestas, de cada lado, alternadas e correspondentes ao primeiro, terceiro e quinto tramos. As frestas compõem-se de três finas arquivoltas, assentes, directamente, em colunelos de base quadrangular. O colunelo exterior desenha um arco contracurvado, pouco, desenvolvido, com terminação ao centro de um florão. Estas frestas abrem para uma galeria interna, situada sobre as capelas laterais da igreja, em abóbada de meio berço e que funciona como arcobotante contínuo, desviando os empuxos laterais da abóbada da nave.

A cobertura da nave é de abóbada de berço quebrado, com lunetas, para cada um dos tramos, cortada por arcos torais no sentido transversal, e enriquecida por uma cadeia longitudinal, bem como por liernes e terciarões (fig. 4.12).

A principal fonte de iluminação da nave é o amplo janelão, de arco segmentar, inscrito na frontaria da igreja (fig.4.13). A luz provém, ainda, da pequena fresta mainelada sobre o arco triunfal e dos janelões rectangulares sobre a abertura dos braços do transepto.

4.1.2.1.4 - Galeria do piso superior

No piso superior e sobre as capelas laterais corre uma galeria interna, a qual se divide em seis tramos, na correspondência de cada um dos tramos da abóbada da nave. Aqueles constituem espaços intercomunicantes, através de aberturas de arco quebrado, inscritos nos seus alçados laterais, sendo a cobertura em abóbada de meio berço.

4.1.2.2 - Outras dependências

4.1.2.2.1 - Dependências do Lado Norte

4.1.2.2.1.1 - Capela de S. Joãozinho

O pavimento desta Capela é de tijoleira rectangular. O alçado Nascente da cabeceira, de um tramo, encontra-se revestido com um retábulo de talha dourada e policroma, o qual ostenta três interessantes telas a óleo. Na parede Norte, forrada a azulejaria colorida, desenha-se um janelão rectangular. O tecto da zona absidal é de abóbada estrelada, de quatro pontas, guarnecida com chaves fitomórficas e geométricas, assente em mísulas dispostas nos ângulos da parede (fig. 4.14).

A nave, de tramo único, tem no alçado Norte uma ampla porta rectangular, de granito, que estabelece ligação com o exterior, para o lado do antigo Celeiro Comum desta cidade. Embebido na parede Meridional existe um púlpito, em mármore branco, de base envieirada. A abóbada de arestas que cobre esta zona, é adornada, no cruzamento dos arcos, por um florão inscrito com a Cruz de Cristo.

A Poente situa-se a porta de entrada desta capela, a qual comunica directamente com o braço Norte do transepto do templo franciscano.

4.1.2.2.1.2 – Sala da Ordem Terceira de S. Francisco

O pavimento desta Sala é de tijoleira rectangular, sobre o qual, situado ao centro, se encontra uma mesa de tampo oval, com cadeiral fixo à volta, em madeira de carvalho. Na parede do fundo deparamo-nos com um interessante altar de talha dourada (fig.4.15). As paredes laterais estão guarnecidas, na parte inferior, de azulejos, azuis e brancos, referentes à vida de S. Francisco e na zona superior de frescos, de intenção arquitectural ilusionista da época de D. José, entrecortados por nichos, que albergam estátuas de Santos relacionados com a Ordem franciscana. Na parede do lado direito rasgam-se, ainda, dois janelões rectangulares. No interior desta sala e sobre a porta de entrada, existe uma tela pintada a óleo, com a representação do *Povorello* a receber, das mãos do Papa Honório III, a Regra da Ordem Terceira, em 1221.

O tecto é em abóbada de berço pintada a fresco, tal como as paredes laterais, de intenção arquitectural (fig. 4.16).

4.1.2.2.2 – Dependências do lado Sul

4.1.2.2.2.1 - Sacristia

A Sacristia é contígua à cabeceira, estabelecendo comunicação com o braço transeptal Sul, através duma porta em mármore, já descrita atrás.

O pavimento é de tijoleira quadrangular. Na parede do lado esquerdo, para quem entra, observa-se um lavabo, embebido na parede, de friso esculpido, encimado por frontão. Na parede fundeira existe um amplo janelão rectangular e uma porta de acesso a outras dependências que lhe ficam nas traseiras, destinadas a arrumações. Na parede do lado direito encontra-se um oratório de talha policroma. Os alçados descritos encontram-se, parcialmente, revestidos com restos de silhares de azulejos coloridos e fragmentos de azulejaria hispano-mourisca (fig. 4.17).

A cobertura é de abóbada abatida de cruzaria de ogivas, as quais assentam em mísulas embebidas na caixa murária, ornadas de cordame. Os encontros dos arcos apresentam chaves ornadas com a cruz de Cristo e a esfera armilar.

4.1.2.2.2.2 – Sala do Capítulo

Esta sala encontra-se no prolongamento do braço Meridional do transepto. O pavimento é de tijoleira rectangular. Na parede do fundo inscreve-se a porta de acesso à Capela dos Ossos. O eixo da nave central, na correspondência do quarto tramo, foi adaptado à construção da Capela do Senhor Jesus dos Passos, a qual corta a perspectiva espacial (fig. 4.18). Os alçados laterais estão recobertos, até um terço da sua altura, de azulejaria bícroma, azul e branca, com a figuração da Via Sacra. Na parede do lado direito, alinhados com o eixo do primeiro e terceiro tramos, existem dois janelões rectangulares, decoradas, ao alto, por frontão de volutas de enrolamento. Na parede oposta, comunicante com o espaço claustral, desenha-se uma porta em granito, de arco abatido, composto por meias colunas adossadas aos ábacos poligonais, providas de capitéis de folhagem estilizada (fig. 4.19).

A cobertura é de abóbada de cruzaria de ogivas, para cada tramo, ornada, na zona de intercepção das mesmas, por chaves circulares inscritas com temática vegetalista estilizada, cordas, bolas e cruces de Cristo. Esta estrutura assenta em grossos pilares octogonais, de granito, providos com base de secção quadrada e capitéis decorados com cordas, bolas e lóbulos, e nas mísulas embebidas nos muros laterais (fig. 4.20).

4.1.2.2.3 – Capela dos Ossos

A Capela dos Ossos situa-se no prolongamento da Sala do Capítulo. O acesso a esta faz-se, por intermédio, de um portal de mármore, de colunas capiteilizadas, sobre as quais assenta o entablamento, com frontão de volutas de enrolamento e acrotérios em forma de urna circular (fig. 4.21).

O pavimento é tijolado, dividido por rectângulos de mármore branco.

Os alçados estão totalmente revestidos de ossadas, excepção feita à parede do fundo, rebocada e caiada, onde se localiza um modesto altar de talha (fig. 4.22). A parede do lado esquerdo é animada por quatro aberturas rectangulares, no alinhamento de cada tramo.

A cobertura é, para cada um dos tramos, de abóbada de cruzaria de ogivas, sustentada pelos arcos torais e por grossos pilares octogonais, providos de capitéis animados por cordas e nós. Tanto as nervuras como os pilares estão revestidos de ossos, e os panos da abóbada pintados a fresco, com painéis geométricos onde se inserem motivos sacros (relacionados com a Paixão de Cristo e Eucaristia) e iconografia profana (paisagens, coroas reais e elementos arquitectónicos).

4.1.3 – Leitura e organização externa

4.1.3.1 – Igreja

4.1.3.1.1 – Cabeceira

O alçado Nascente apresenta fecho recto e contrafortes de secção quadrangular, de cantaria aparelhada de granito, dispostos nos ângulos, que se prolongam a toda a altura da mesma. Aqueles ligam-se com o sistema de cobertura interna, localizando-se na zona crucial de arranque da abóbada. Na parede testeira recta desenvolve-se um corpo saliente, estruturado numa zona em arco, relativamente pouco espessa, com terminação triangular ao alto, provida de telhado inclinado de duas águas (fig.4.23).

O alçado Norte está, parcialmente, submerso pela capela de S. Joãozinho, que a ele encosta. Da parte visível ressalta a presença de uma fresta de arco quebrado, de dimensão assinalável e a meio deste alçado, um contraforte, perpendicular à parede, o qual assinala a articulação dos tramos interiores da cabeceira.

No ângulo de ligação deste alçado com o braço Norte do transepto, existem dois contrafortes, oblíquos e que encostam um ao outro, que se prolongam acima da altura das paredes, coroados por corpo cilíndrico e pináculo liso.

Na parte do alçado Meridional, deixada visível, pelas construções a ele anexas (torre e Sacristia), inscreve-se um ampla fresta, semelhante à já descrita para o alçado norte.

A cobertura da zona em análise é de duas águas, revestida a tijoleira, rebaixada em relação ao remate das paredes (fig. 4.24).

4.1.3.1.2 – Torre

A Torre é um corpo rectangular, com uma elevação de três metros, além do espigão do telhado da igreja, de alvenaria de granito, provido no cimo por quatro olhais, emoldurados na zona dos cunhais por colunas, donde espreitam os sinos de bronze. Está coroada por ameias chanfradas e um coruchéu torso, à semelhança do resto da igreja (fig. 4.25).

4.1.3.1.3 – Transepto

O braço Norte do transepto está rodeado a Nascente pela Capela de S. Joãozinho, a Norte por um acrescento, que permite o acesso interno, às traseiras do altar, do referido braço, a Poente pelas dependências da Ordem Terceira. Na parte deixada visível por estas construções, existe um contraforte rectangular, disposto a meio da parede virada a Nascente, e um janelão rectangular, colocado ao cimo daquela, um pouco abaixo do remate. A ligação das paredes Nascente e Norte, é assinalada por um contraforte, de secção quadrangular, perpendicular ao ângulo, em tudo semelhante aos contrafortes da cabeceira, já descritos. A cobertura é de duas águas, revestida com telha.

O braço Sul do transepto está, como no caso anterior, mergulhado nas dependências anexas, neste caso a Sacristia que o rodeia a Nascente, a Sala do Capítulo que se situa a Sul e o claustro, localizado do lado Poente. Apresenta cobertura plana, em terraço, visitável, revestida com tijoleira.

4.1.3.1.4 - Corpo Longitudinal

O alçado Norte, deste corpo, apresenta paredes lisas, animadas por três frestas simples, as quais alternam com outras três de composição diferente, ligeiramente, situadas acima daquelas e por um portal inscrito num gablete. Animam, ainda, este alçado, seis gárgulas zoomórficas, situadas num nível bastante abaixo, em relação ao normal, do remate da parede, o que parece denunciar o alteamento da mesma, aquando das obras de renovação da igreja, nos finais do séc. XV e alvares do séc. XVI, como aprofundaremos adiante (fig. 4.26).

O alçado Sul, ao qual encosta o claustro, apresenta as mesmas características do alçado já descrito, muito embora apresente apenas três frestas simples, em lugar das seis do alçado Norte.

Ambas as paredes são rematadas por ameias chanfradas.

A cobertura é de duas águas, pouco inclinada, revestida a telha romana e de canudo. A cumeeira é decorada, em todo o comprimento, por ameias chanfradas, entrecortadas por coruchéus lisos (fig. 4.27).

Em termos de volumetria não há uma correlação, directa e aparente, entre o exterior e o interior da igreja, o que constitui uma das características que maior originalidade lhe confere.

4.1.3.1.5 - Claustro

O pavimento do Claustro é de calçada de granito miúdo. Dele subsistem hoje, três lanços incompletos: o lanço Nascente, que estabelece comunicação com o braço Sul do transepto e com a antiga Sala do Capítulo, por intermédio de dois vão de arco quebrado

(fig. 4.28); o lanço Setentrional que acompanha a parede Sul da igreja (parcialmente reconstruído) (fig. 4.29); o lanço Poente, contíguo ao largo fronteiro da igreja (fig. 4.30).

As arcadas do claustro estruturam-se em grupos de três arcos quebrados, separados por pilares, contrafortados no exterior. Os arcos toreados assentam em colunelos duplos, em mármore branco de Estremoz, monolíticos e lisos, providos de capitéis vegetalistas. A referida estrutura descansa numa varanda corrida de granito, interrompida, ao centro, nas alas Oriental e Norte.

O lanço Nascente apresenta, ainda, uma abóbada de berço, sobre a qual repousa uma cobertura plana, em terraço, revestida a tijoleira (fig. 4.31).

4.1.3.1.6 - Frontaria

O alçado principal, orientado a Poente, divide-se em dois níveis: o inferior corresponde ao portal da entrada, o superior à empena triangular de remate da fachada.

O portal divide-se, por sua vez, em dois andares, o de baixo correspondente à entrada, propriamente dita, em mármore, e o de cima, ao tímpano, em granito alentejano. Neles se conjugam materiais diferentes e contrastantes, como são o mármore e o granito, que resultam, no cômputo, num todo harmonioso (fig. 4.32).

A entrada é constituída por dois arcos perfeitos, divididos por um mainel, de três arquivoltas, cujos toros segmentares, alternam zonas rectas e torsas. As arquivoltas assentam em capitéis, em cujo ábaco circular, surgem intercalados toros lisos, em aresta viva, e superfícies côncavas. Os capitéis são decorados por um entrelaçado de folhas carnudas, confinantes, na parte inferior, com um cordame simples. Aqueles descansam em colunelos, cuja torsão se dá ao longo de todo o fuste, caso dos dois exteriores, ou

apenas a meio do fuste, caso do mais interior. No tímpano, de arco de volta perfeita, surgem esculpidos, em alto relevo, os emblemas de D. João II e D. Manuel, e ao centro, a um nível superior, o escudo real. Sob este, uma edícula rectangular ficou vazia.

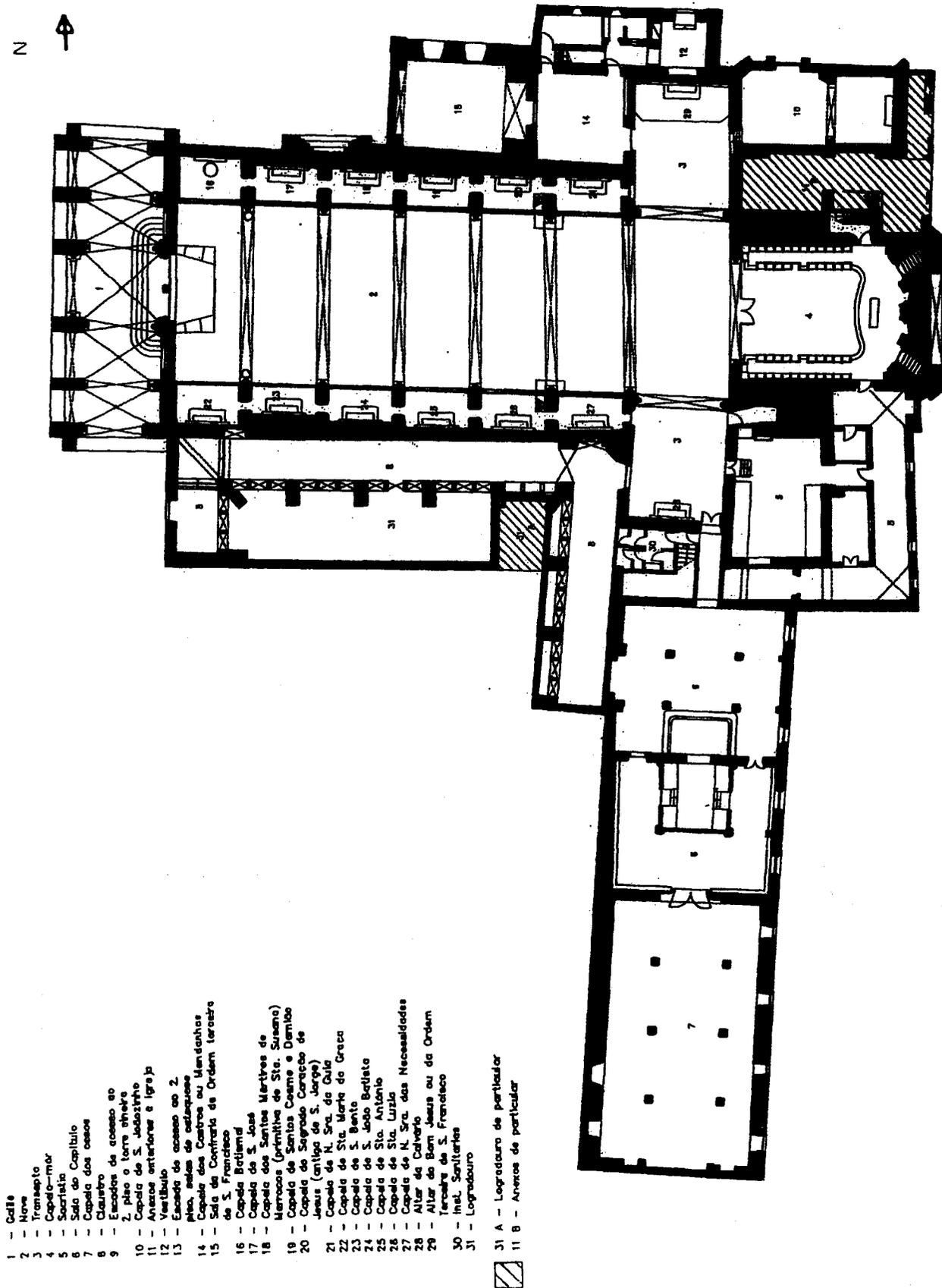
A ladear o portal descrito existem duas frestas, de diferentes tipologias.

A meio dos dois níveis da frontaria, existem dois óculos, parcialmente visíveis, por estarem cortados pela cobertura do pórtico que a antecede.

O andar superior é constituído, como já aludido, pela empena triangular de remate da frontaria, na qual se inscreve um amplo janelão rectangular, de arco segmentar. Ao cimo, a empena é decorada por merlões chanfrados e por um coruchéu torso, a meio, na zona da cumeeira. Nos ângulos, a fachada, apresenta, para cada um dos seus lados, dois contrafortes quadrangulares, dispostos obliquamente e unidos entre si, que a partir de dada altura, antes de atingir a zona de remate da parede, tomam a forma cilíndrica, sendo encimados por um pináculo torso, cuja base, a toda a volta, é decorada por ameias chanfradas.

4.1.3.1.7 - Pórtico

O pórtico que antecede a frontaria, acompanhando toda a largura exterior da mesma, apresenta pavimento dividido em lajes de granito. No alçado Poente é composto por cinco arcos, contrafortados pelo exterior, de diferentes tipologias: um arco perfeito ao centro, ladeado no lado esquerdo por dois arcos de ferradura, e pelo lado direito por um arco de ferradura e um arco quebrado ultrapassado. Os alçados laterais, são compostos, cada um, por um arco quebrado (fig. 4.33). A cobertura é plana, em terraço visitável, baseada nas abóbadas de cruzaria de ogivas, que definem cada um dos tramos, as quais se ligam a pilares, capiteilizados, adossados às paredes de ligação dos arcos.



- 1 - Odite
- 2 - Nave
- 3 - Transepto
- 4 - Capela-mor
- 5 - Sacristia
- 6 - Sala do Capitulo
- 7 - Capela dos ossos
- 8 - Claustro
- 9 - Escadote de acesso ao 2.º piso e torre sineira
- 10 - Capela de S. Jodostinho
- 11 - Anexos anteriores à Igreja
- 12 - Vestibulo
- 13 - Escadote de acesso ao 2.º piso, salas de acolhimento
- 14 - Capela dos Cambros ou Mandanhas de S. Francisco
- 15 - Capela Benfiamel
- 16 - Capela de S. José
- 17 - Capela das Santas Martires de Mirraeos (Primitiva de Sta. Susanna)
- 18 - Capela de Santas Celeme e Damião
- 19 - Capela de Sagrado Coração de Jesus (antiga de S. Jorge)
- 20 - Capela de N. Sra. da Guia
- 21 - Capela de Sta. Maria da Graça
- 22 - Capela de S. Bento
- 23 - Capela de S. João Batista
- 24 - Capela de Sta. Antónia
- 25 - Capela de Sta. Luzia
- 26 - Capela de N. Sra. das Necessidades
- 27 - Altar de Calvario
- 28 - Altar do Bom Jesus ou da Ordem Terceira de S. Francisco
- 29 - Inal. Sanitarías
- 30 - Logradouro
- 31 - Logradouro

- 31 A - Logradouro de particular
- 11 B - Anexos de particular

Fig. 4.1 - Planta do piso térreo da igreja de S. Francisco, à escala de 1/200 (cópia cedida pela DGEMIN)

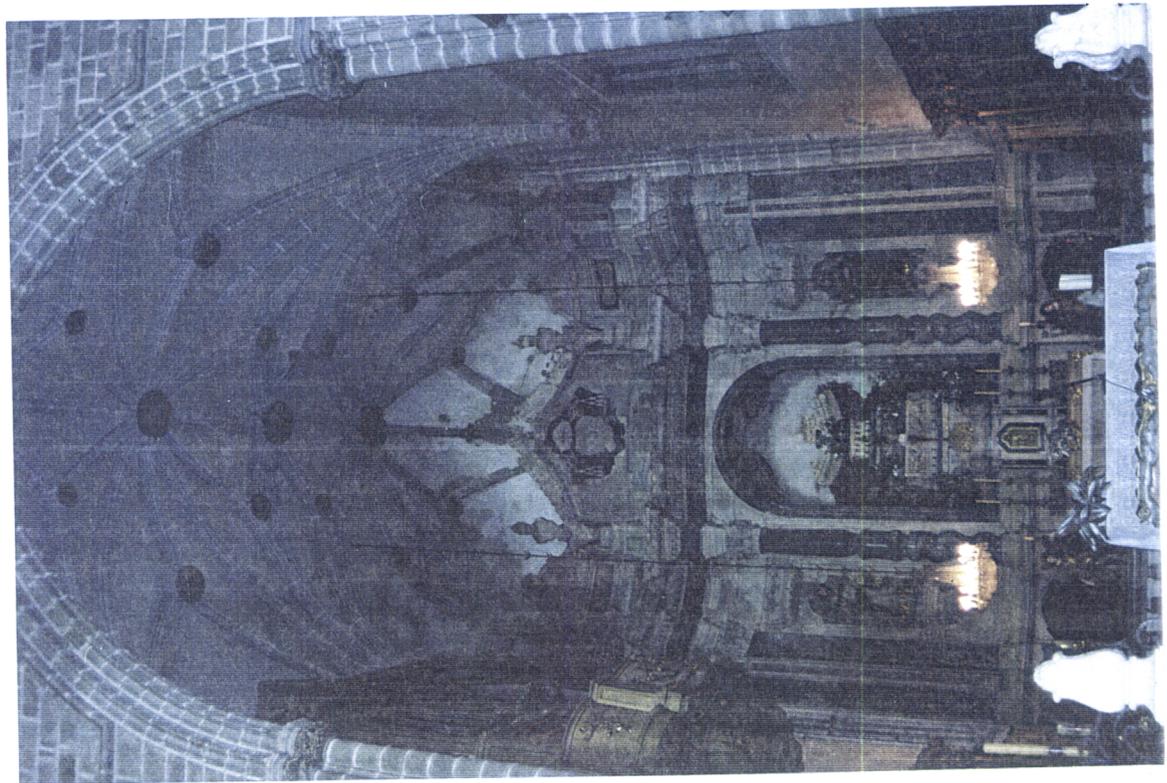


Fig. 4.2 – Igreja de S. Francisco de Évora. Alçado da cabeceira

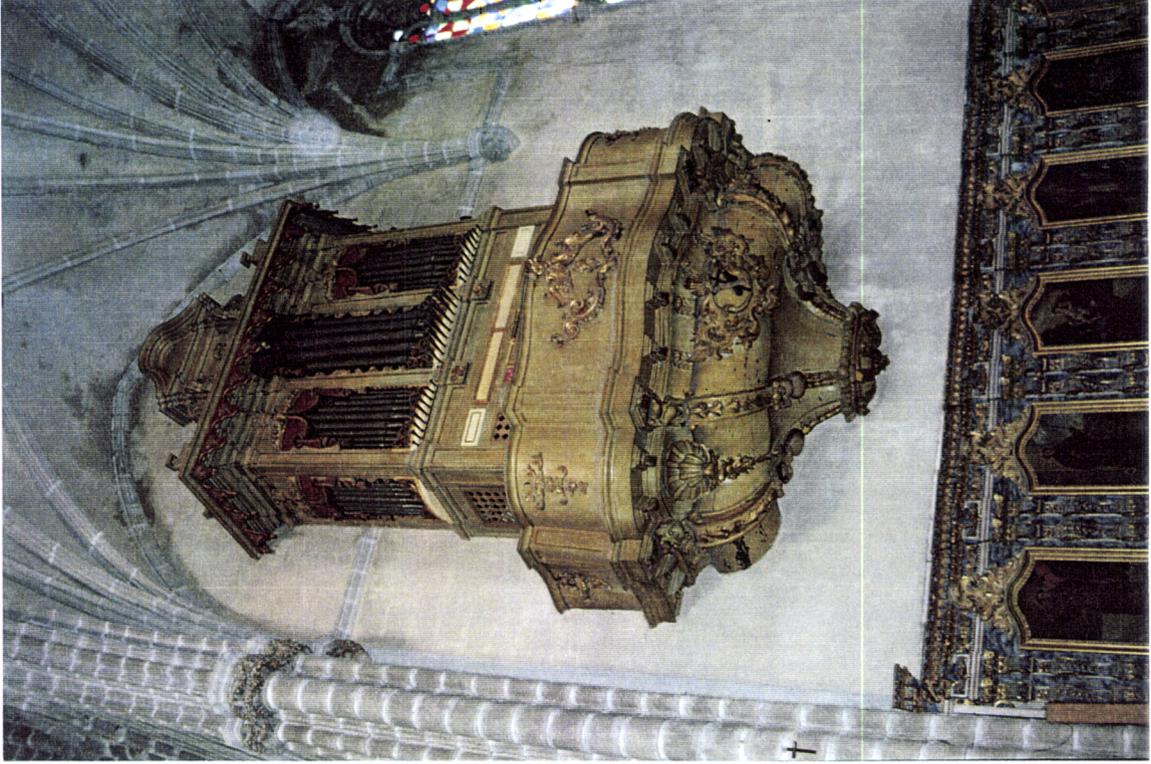


Fig. 4.3 – Igreja de S. Francisco de Évora. Parede lateral Norte da cabeceira

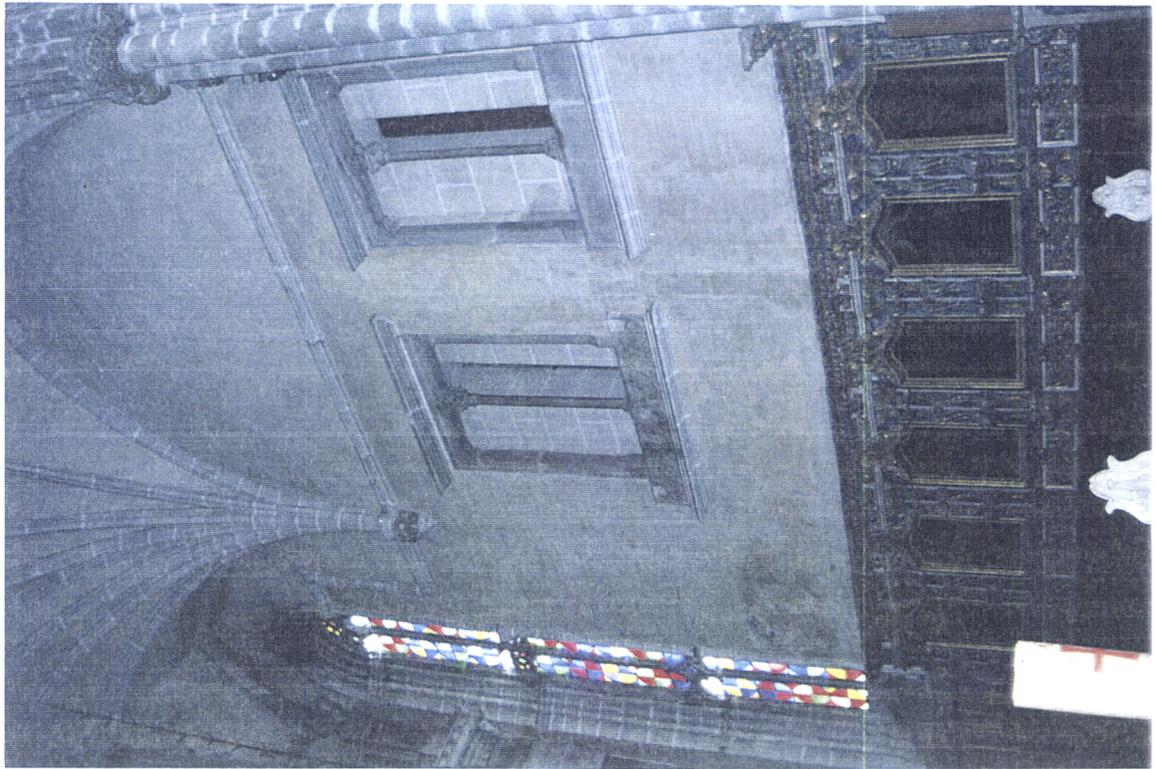


Fig. 4.4 – Igreja de S. Francisco de Évora. Parede lateral Sul da cabeceira

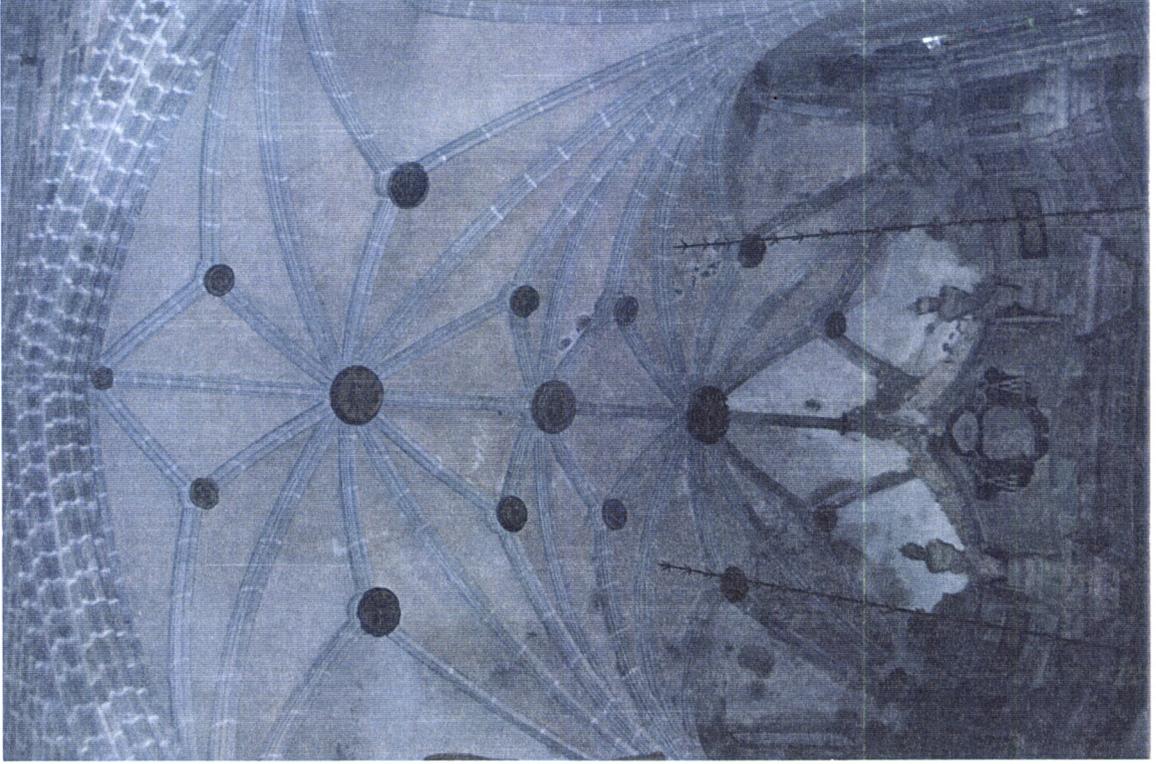


Fig. 4.5 – Igreja de S. Francisco de Évora. Tecto da cabeceira



Fig. 4.6 – Igreja de S. Francisco de Évora. Altar do braço Norte do transepto

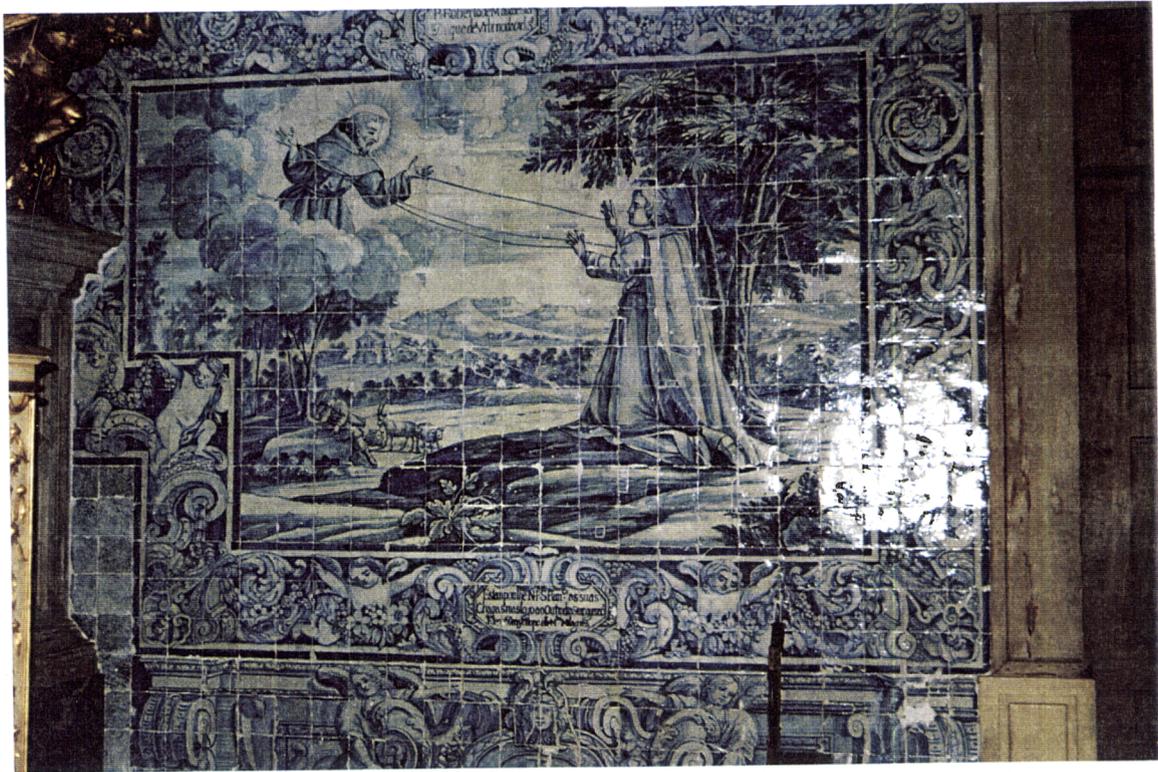


Fig. 4.7 – Igreja de S. Francisco de Évora. Painel de azulejos do braço Norte do transepto

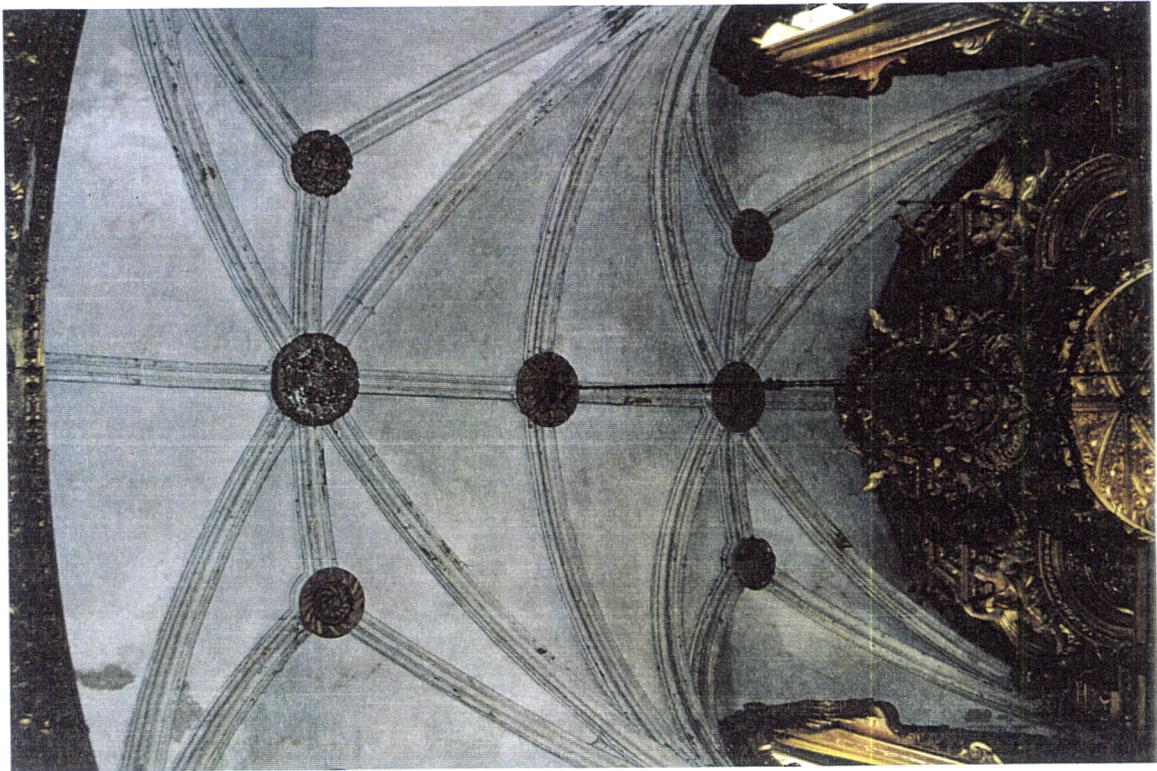


Fig. 4.8 – Igreja de S. Francisco de Évora. Tecto do braço Norte do transepto

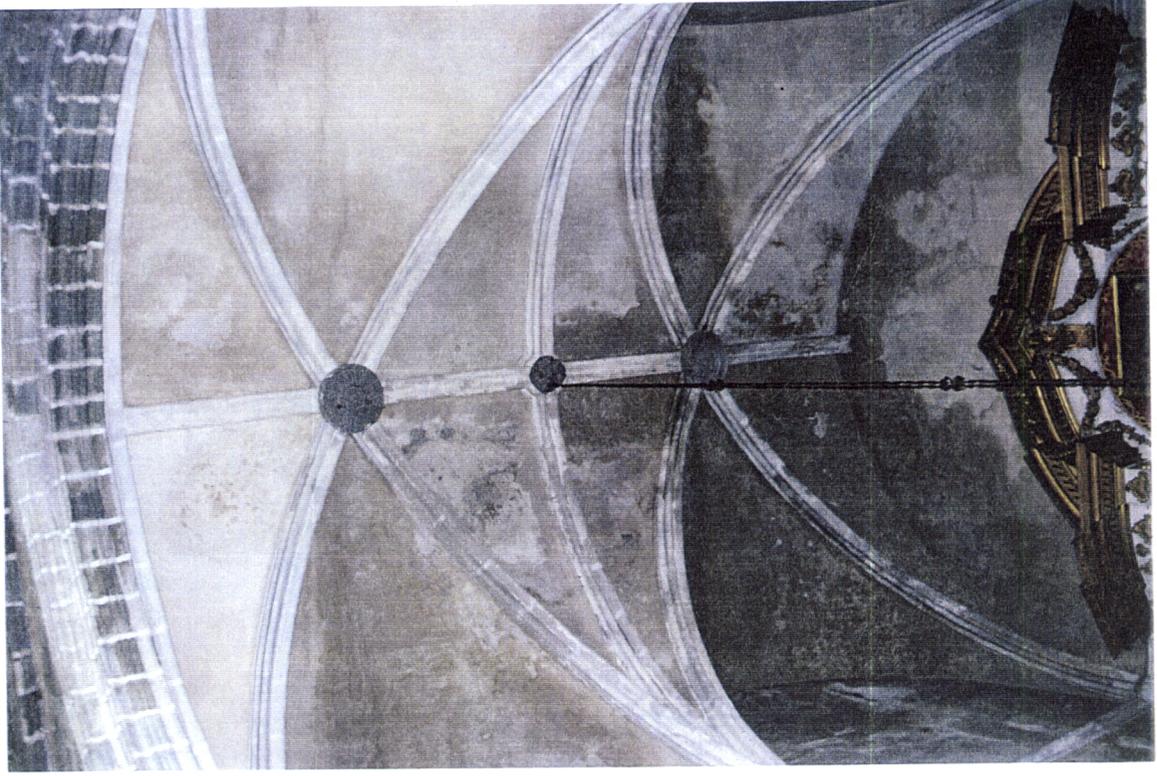


Fig. 4.9 – Igreja de S. Francisco de Évora. Tecto do braço Sul do transepto



Fig. 4.10 – Igreja de S. Francisco de Évora. Pavimento da nave

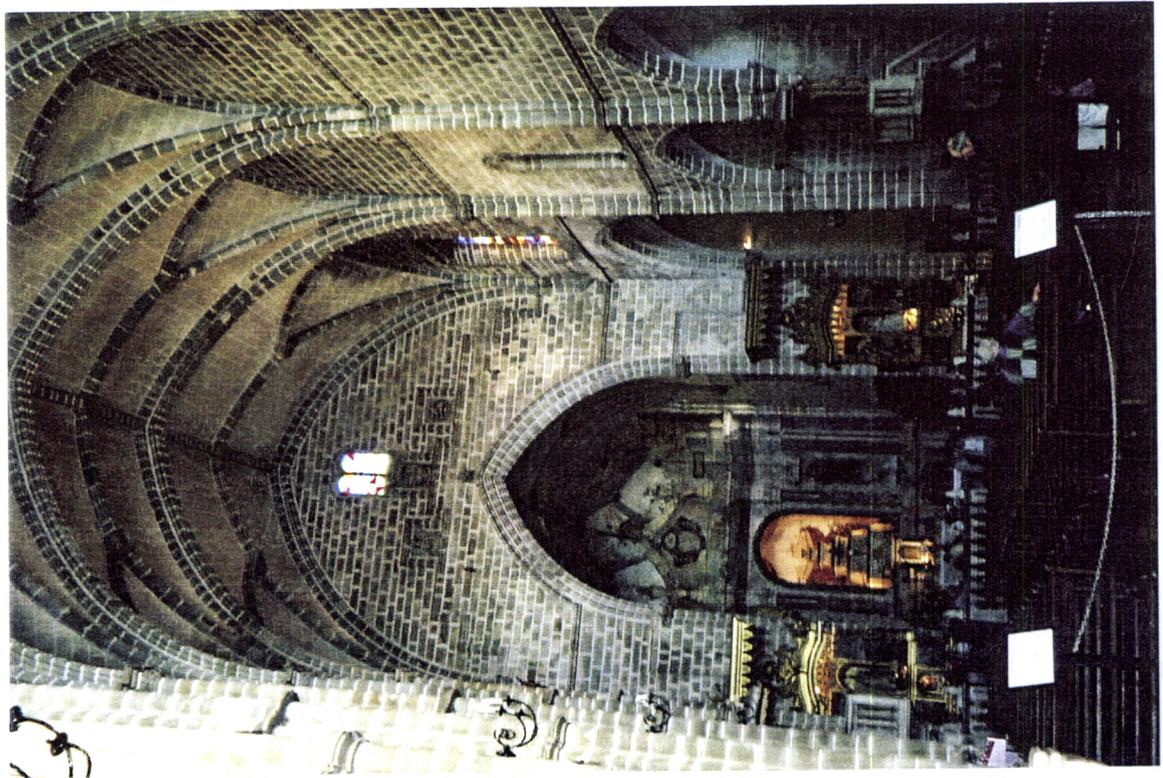


Fig. 4.11 – Igreja de S. Francisco de Évora. Vista parcial da nave

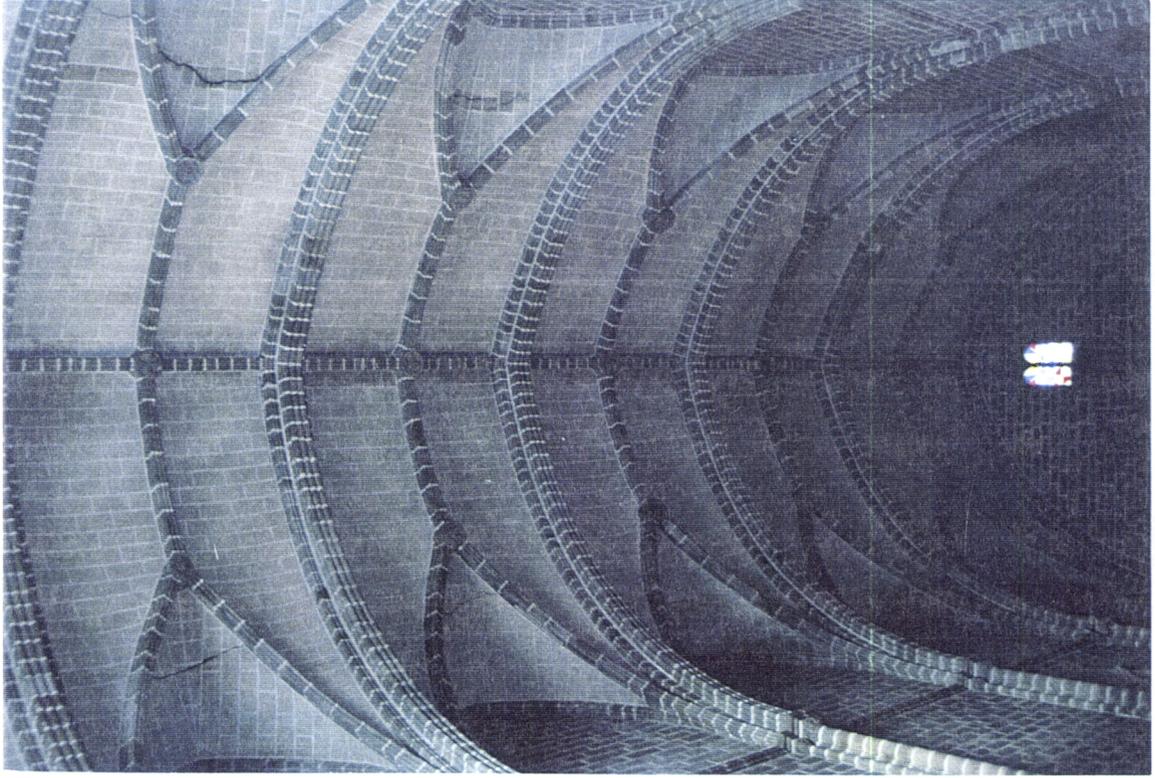


Fig. 4.12 – Igreja de S. Francisco de Évora. Tecto da nave

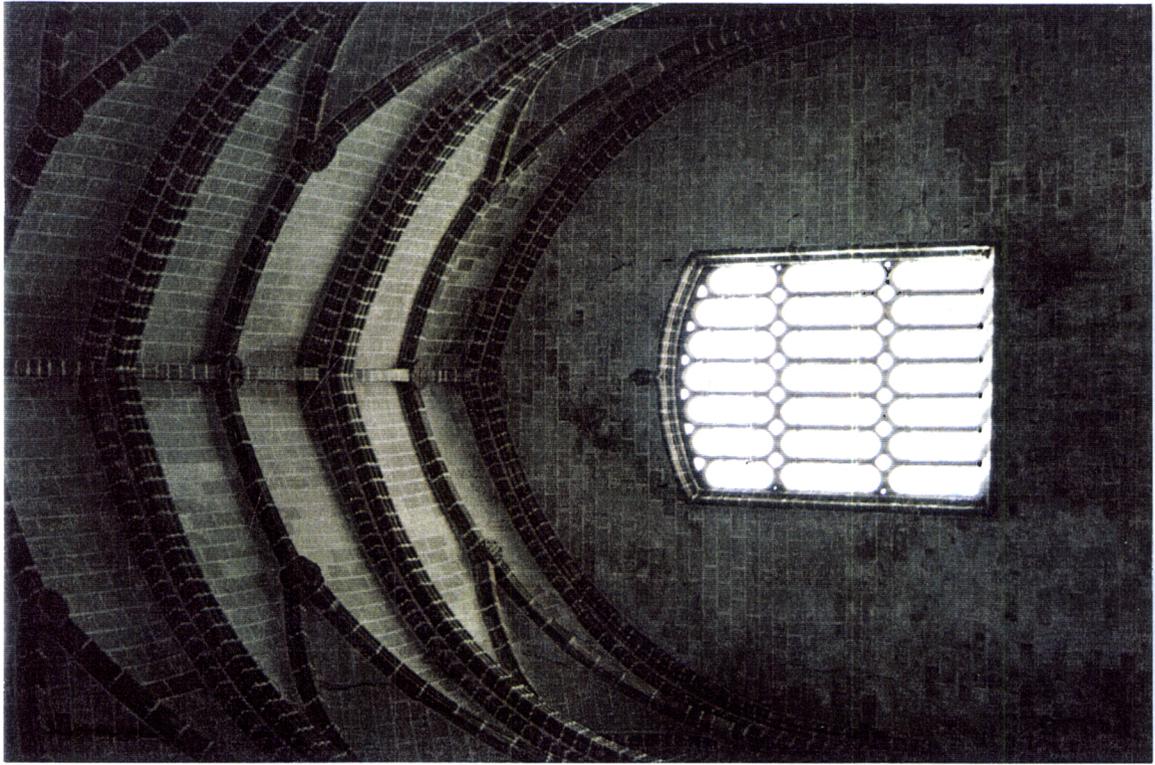


Fig. 4.13 – Igreja de S. Francisco de Évora. O janelão de arco segmentar inscrito na frontaria da igreja

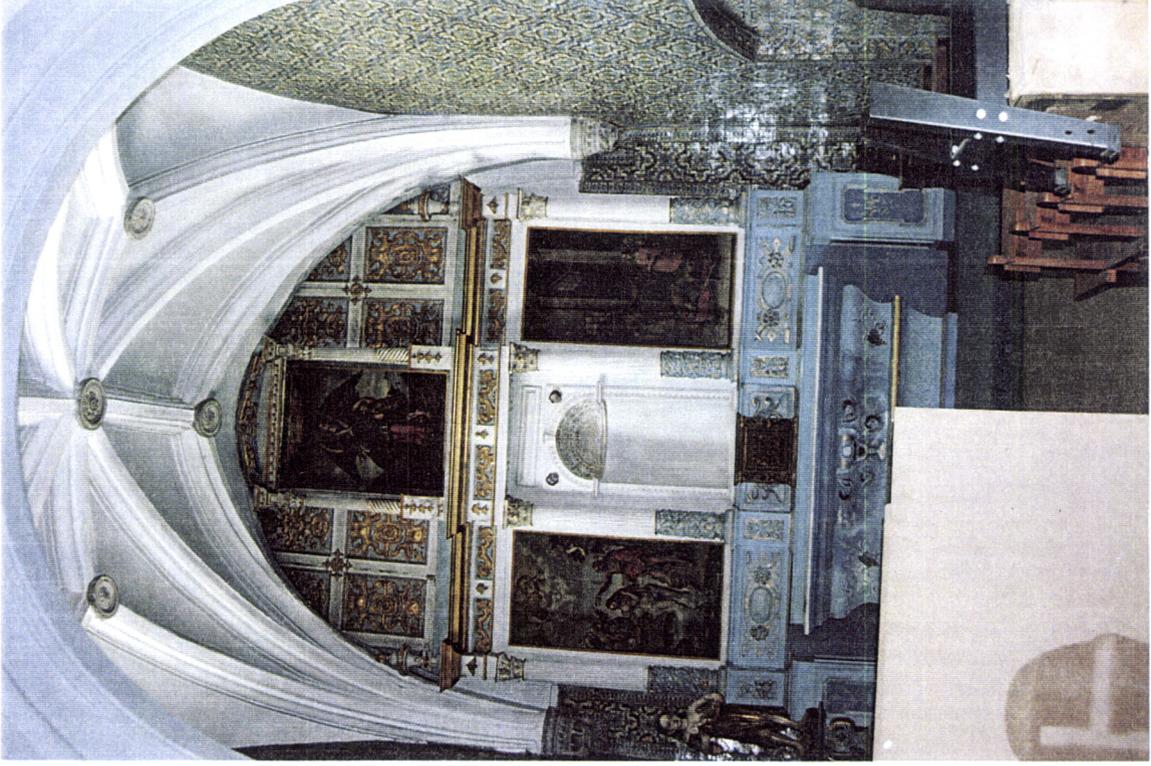


Fig. 4.14 – Igreja de S. Francisco de Évora. Capela de S. Joãozinho



Fig. 4.15 – Igreja de S. Francisco de Évora. Altar da Sala da Ordem Terceira de S. Francisco



Fig. 4.16 – Igreja de S. Francisco de Évora. Tecto da Sala da Ordem Terceira de S. Francisco



Fig. 4. 17 – Igreja de S. Francisco de Évora. Vista parcial da Sacristia



Fig. 4.18 – Igreja de S. Francisco de Évora. Sala do Capítulo

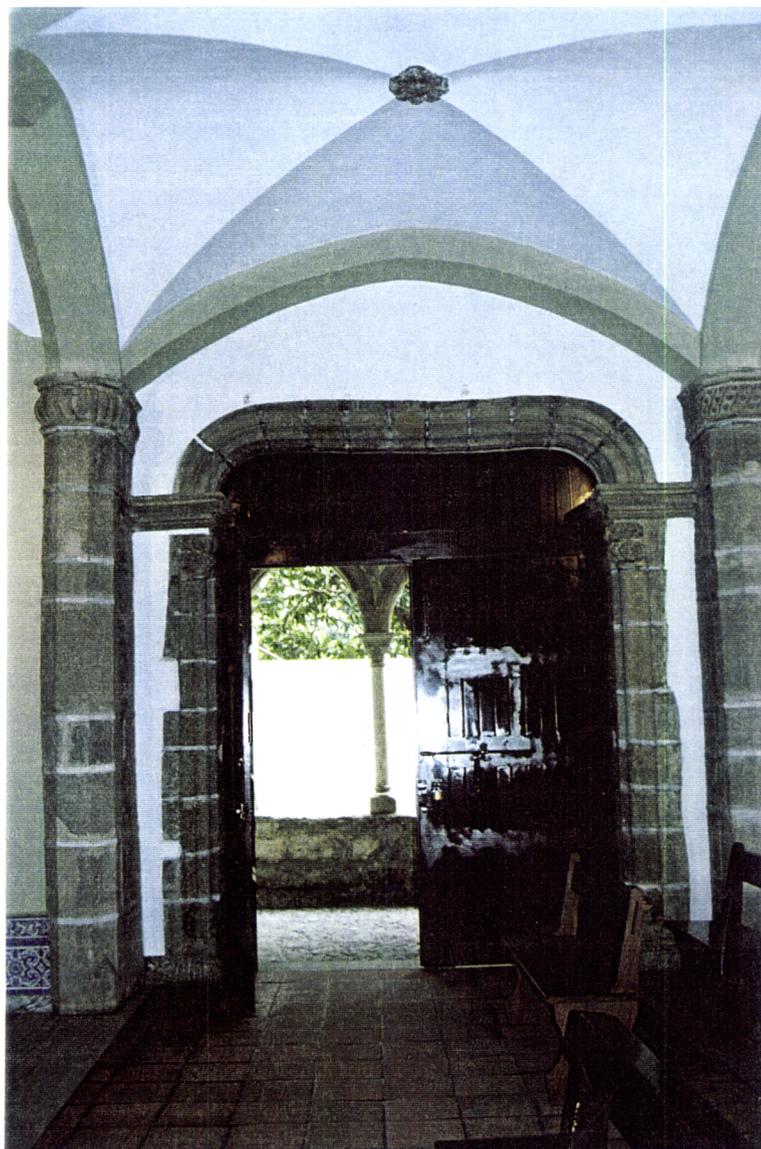


Fig. 4.19 – Igreja de S. Francisco de Évora. Porta de granito da Sala do Capítulo, a qual estabelece comunicação com o claustro

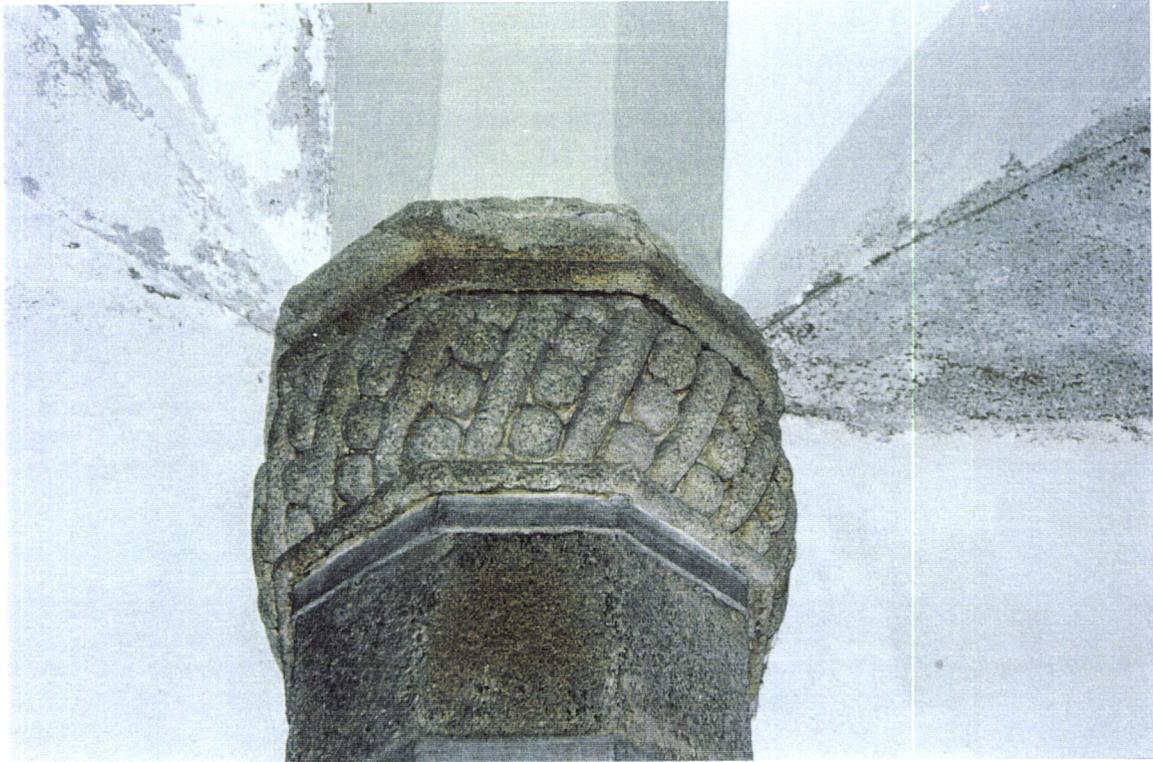


Fig. 4.20 – Igreja de S. Francisco de Évora. Capitel da Sala do Capítulo

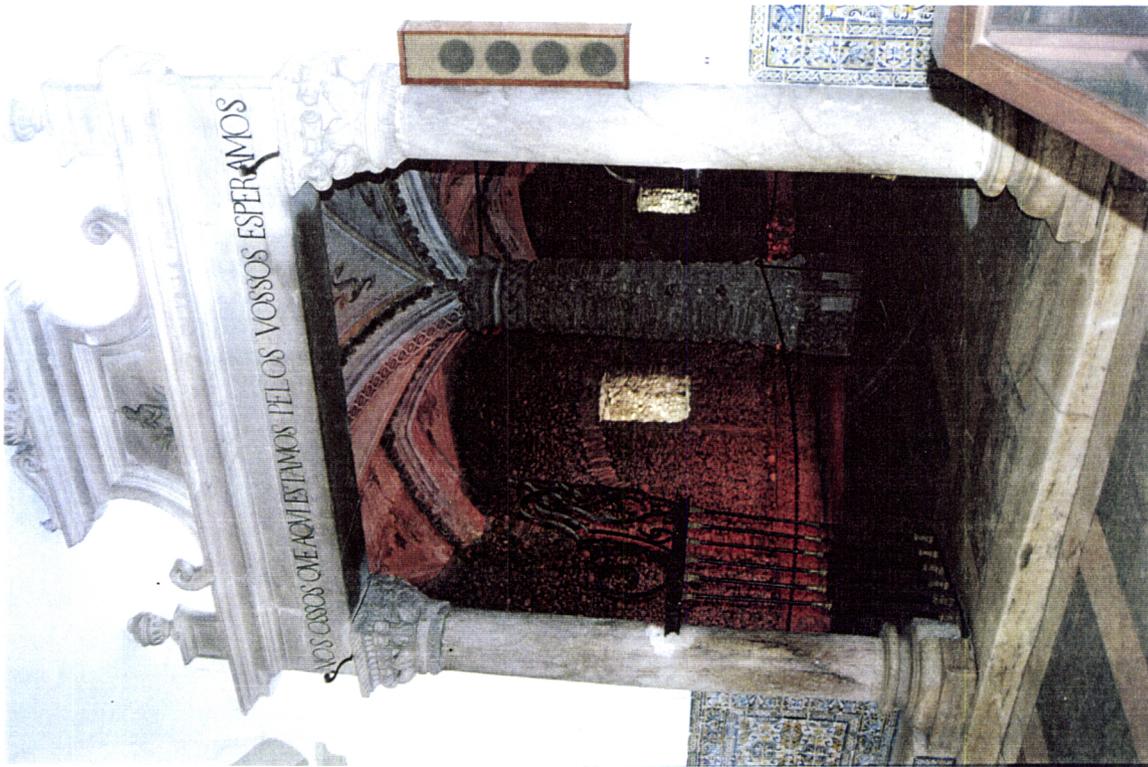


Fig. 4.21 – Igreja de S. Francisco de Évora. Portal de entrada da Capela dos Ossos



Fig. 4.22 – Igreja de S. Francisco de Évora. Capela dos Ossos

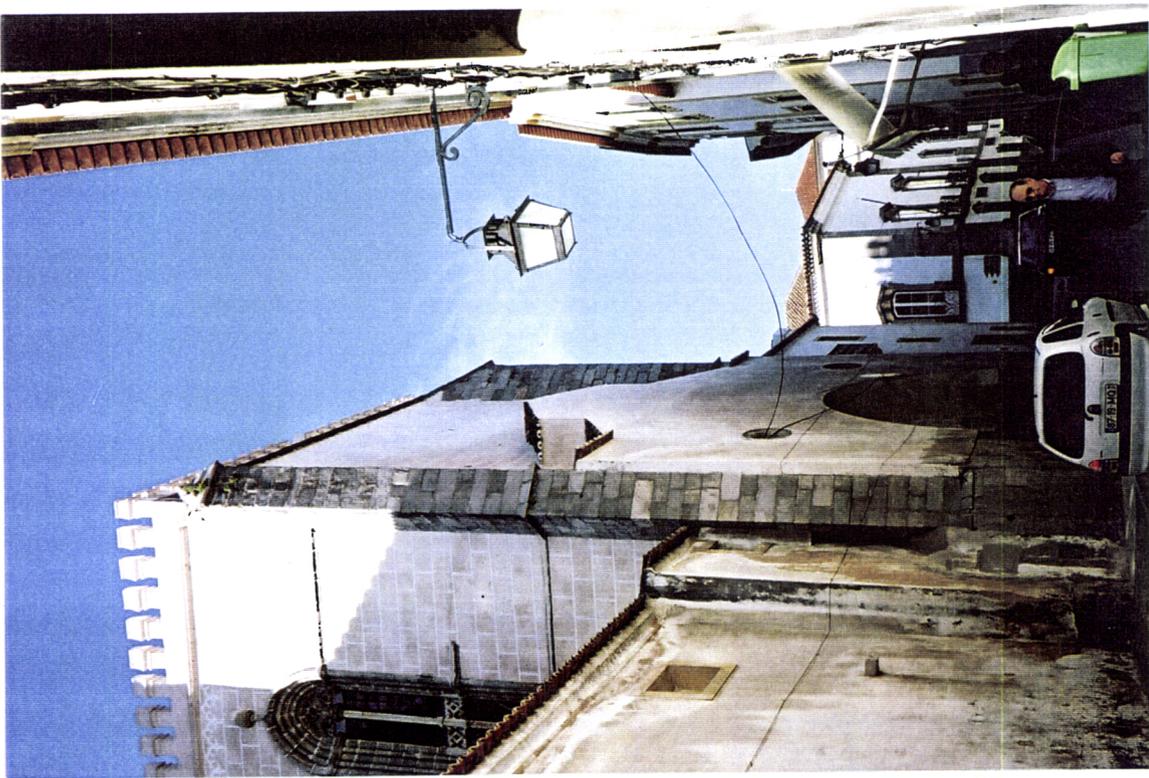


Fig. 4.23 – Igreja de S. Francisco de Évora. Aspecto exterior da cabeceira



Fig. 4.24 – Igreja de S. Francisco de Évora. Cobertura da cabeceira



Fig. 4.25 – Igreja de S. Francisco de Évora. Torre



Fig. 4.26 – Igreja de S. Francisco de Évora. Alçado Norte da igreja



Fig. 4.27 – Igreja de S. Francisco de Évora. Cobertura da nave